

UFRRJ

**INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA**

DISSERTAÇÃO

**O ENSINO DO COOPERATIVISMO NO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS SÃO LUIZ -
MARACANÃ**

SEBASTIÃO DE JESUS COSTA

2011



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**O ENSINO DO COOPERATIVISMO NO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS
SÃO LUIZ - MARACANÃ**

SEBASTIÃO DE JESUS COSTA

Sob a orientação da Professora
Sandra Barros Sanchez

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica
Junho de 2011

630.7

C837e

T

Costa, Sebastião de Jesus, 1953-

O ensino do cooperativismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão Campus São Luiz - Maracanã / Sebastião de Jesus Costa - 2011.

62 f.: il.

Orientador: Sandra Barros Sanchez.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 50-51.

1. Ensino agrícola - Teses. 2. Cooperativismo - Estudo e ensino - Teses. 3. Escolas-fazenda - Teses. 4. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Campus São Luiz - Maracanã) - Teses. I. Sanchez, Sandra Barros, 1963-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

SEBASTIÃO DE JESUS COSTA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM CIÊNCIAS, no Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

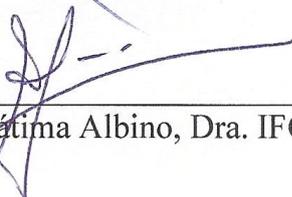
DISSERTAÇÃO APROVADA EM ____/____/____.



Sandra Barros Sanchez, Dra. UFRRJ



Gabriel de Araújo Santos, Dr. UFRRJ



Sirlei de Fátima Albino, Dra. IFC Campus Camboriú

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a meus pais Otaviano Fagundes da Costa e Maria Paixão Feitoza Costa pelo exemplo de dedicação e carinho com que criaram e educaram a mim e os demais irmãos.

A meus irmãos: Nilza, João Jorge; Mariazinha; Conceição; Mitônia e Fernando pelos laços de parentesco e amizade.

Em especial:

A meus filhos: Manoela; Abraão e Rafael como forma de incentivo a luta em busca dos seus ideais.

A minha esposa Anelilde, meu filho Otávio e minha filha Andreza pelo amor e cooperação na realização deste trabalho.

“Desde as galáxias e estrelas até os átomos e cristais, desde as amebas e peixes até as aves, mamíferos, macacos e homens – todos os seres brutos e vivos do nosso universo vivem em associação, em interação, em relações uns com os outros, influenciando-se mutuamente.”

Jacob Bazarian

AGRADECIMENTOS

A direção do Campus São Luís – Maracanã pela colaboração e apoio na consecução deste ideal.

A direção do IFTO – Campus Araguatins-TO, pelo apoio a realização do Estágio pedagógico.

A OCE/MA pelo apoio e recepção da atual diretoria a realização do Estágio Profissional, em especial ao diretor Marlon.

A professora Doutora Sandra Sanchez pelas orientações e carinho com que convivemos durante o período do nosso curso.

Ao professor Doutor Gabriel, Nilson e Mariza pelo apoio e colaboração no PPGEA, sempre que precisamos.

A todos os professores do PPGEA que ministraram aula para nossa turma, dentre eles destacamos professoras Lia, Akiko, Rosa, Lucília e professor José dos Santos.

A todos os colegas que junto compusemos a turma 1 de 2009 do PPGEA/UFRRJ, dentre eles destacamos: Ludcesar, Ilmo, Manoel, Salmo, Josiane, Cristiano e Daniele.

Ao colega Francisco Cristiano do nosso Instituto, Campus Codó, pelo apoio em informática que muito nos auxiliou na consecução deste trabalho.

Em especial a Deus, nosso senhor, por tudo e por mais esta realização pessoal da minha vida.

BIOGRAFIA

Sebastião de Jesus Costa, nascido em 20 de janeiro do ano de 1953, filho de Otaviano Fagundes da Costa e Maria Paixão Feitoza Costa, natural de Caxias no estado do Maranhão, portador da cédula de identidade nº 034649062008-6 – SSP/MA e CPF nº 067.653.191-15. Residindo em Brasília-DF, ingressei no serviço público federal no ano de 1978, após ser aprovado em concurso público para Agente Administrativo do extinto DASP. Em dezembro de 1978 fui contratado pela Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário-COAGRI. Lá permaneci até 1986, desempenhando atividades administrativas, até quando o órgão foi extinto.

Nesse ínterim, me formei em Administração de Empresas nas Faculdades Integradas da Católica de Brasília (1984) e também Licenciatura Plena na ESAL – Escola Superior de Agricultura de Lavras - MG. Ainda em 1984, ao concluir os citados cursos, fui contratado como Professor Substituto. Em 1986 fiz pós-graduação lato sensu em Economia Rural no ICAT – AEUDF, ainda em Brasília. Antes porem do descrito, ainda como Agente Administrativo, fui Chefe das Seções de Bens Móveis e de Bens Imóveis do referido órgão (COAGRI). Com a extinção da COAGRI em 1986, fui convidado e transferi-me para a Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde-GO. Lá, ocupamos a função de Coordenador da Cooperativa-Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde-GO. Como docente fui professor das disciplinas de Administração e Economia Rural, Sociologia, Extensão Rural e Cooperativismo. Por um curto período de tempo fui cedido para a Escola Agrotécnica de Federal de Urutaí-GO. Lá, também coordenei a Cooperativa-Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Urutaí-Go, em 1989, voltando em seguida para Rio Verde-GO.

Em 1993 fui transferido a pedido, para a Escola Agrotécnica Federal de São Luís-MA. Em São Luis, onde me encontro atualmente, assumi, além das atividades docentes, a função de Chefe da Unidade de Processamento de Dados (UPD); Coordenador da Cooperativa-Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de São Luiz-MA e Chefe da Seção de Produção e Pesquisa (SPP). Fui também presidente e membro da Comissão de Licitação de 1996 a 2003. De 2004 a 2009, ocupei a função de Diretor de Administração e

Planejamento. Participei de várias outras comissões de interesse da escola. Vale lembrar, que todas as funções exercidas foram concomitante ao desempenho atividade docente. Atualmente, não desempenho nenhuma função além da atividade docente.

Em 2009 participei do processo seletivo para realização de pós-graduação stricto sensu do PPGEA - Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola, do Instituto de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Fui aprovado e hoje me encontro em fase de conclusão, precisando defender a dissertação, cujo tema é “O Ensino do Cooperativismo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus São Luiz - Maracaná.”

RESUMO

COSTA, Sebastião de Jesus. **O ensino do cooperativismo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão Campus São Luiz - Maracanã**. 2011. 62 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ. 2011.

Esta dissertação buscou mostrar o perfil de um segmento constante do modelo de ensino adotado pelas antigas Escolas Agrotécnicas Federais, que é o ensino do cooperativismo. Estabelecemos como objetivo geral: analisar o ensino do cooperativismo ministrado na Escola Agrotécnica Federal de São Luiz, hoje Campus São Luiz - Maracanã do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, e a difusão da doutrina ou ideal cooperativista no Estado do Maranhão, como forma de organização econômico-social das comunidades rurais. O modelo denominado “Escola-Fazenda” com seu lema “aprender a fazer e fazer para aprender” tinha as Cooperativas-Escolas como um laboratório das práticas do cooperativismo, inspirado no modelo europeu mais difundido. Estas se constituíam em empresas cooperativas dentro da própria Escola. A Cooperativa-Escola dos Alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão Campus São Luiz – Maracanã se constituiu no local do nosso estudo de caso. Embora grande número destas Cooperativas-Escolas tenha sido extintas, esta se mantém ainda com um quadro de cooperados pequeno, mais cumprindo o seu papel de prestadora de serviços para a Escola na comercialização dos excedentes de produção, executada pelos alunos cooperados, em seu ponto de venda. A parte pedagógica, encontra-se hoje separada da parte prática. Os ensinamentos da doutrina do cooperativismo, estão contidas em outras disciplinas. A nossa pesquisa mostrou que, embora desfocada dos seus principais objetivos, a comunidade aprova sua manutenção. Mostrou também que se faz necessárias mudanças conjunturais para que esta, melhor se adéqüe às novas realidades. Que o estado do Maranhão é um dos mais pobres do país e que a propagação do ideal cooperativista pode ser uma das saídas para melhoria da qualidade de vida da população mais pobre, que é a grande maioria. Somente através da educação, que o nosso estado também ocupa os piores índices, será possível dar-se algum passo a frente. O básico dos objetivos das unidades Cooperativas-Escolas é o convencimento de que através da cooperação é possível a inserção econômica social de comunidades mais desassistidas. Que a Cooperativa-Escola, juntamente com outros órgãos de fomento ao cooperativismo, podem ser os articuladores desta possível mudança no estado. Outro ponto afirmativo, é a determinação da Lei nº 11.892/08, de que os Institutos Federais, por ela criados, devem estimular o cooperativismo. A nossa Cooperativa-Escola, hoje já realidade, com sua experiência superior a três décadas de existência, pode coordenar estas novas ações rumo a propagação do ideal cooperativista.

Palavras - chave: Cooperativismo. Cooperativa-Escola. Educação e Mudança.

ABSTRACT

COSTA, Sebastião de Jesus. **The teaching of cooperatives at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Maranhão – Campus São Luís - Maracanã.** 2010. 62 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ. 2010.

This dissertation tries to show the profile of a constant segment of the teaching model adopted by the old federal agrotechnical schools, which is the teaching of the cooperativism. We have established as our general objective: An analysis of the cooperativism teaching at Escola Agrotécnica Federal de São Luiz (Federal Agrotechnical School of São Luiz), today known as Campus São Luiz – Maracanã do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Campus São Luiz – Maracanã - Federal Institute of Education, Science, and Technology of the State of Maranhão), and also the diffusion of the cooperativist doctrines or ideals in the State of Maranhão, as a way of social and economic organization of the rural communities. The model called "Escola Fazenda" (Farm School), with its motto "Learn how to do it, and Do it so you can Learn", had the Cooperative-Schools as laboratories of cooperativism practice, inspired in an widespread European model. Those were constituted of cooperativist enterprises within the school itself. The Cooperative-School of the Students of the Federal Institute of Education, Science and Technology of the State of Maranhão, Campus São Luiz - Maracanã was where our case study took place. Although a large number of those Cooperative-Schools have been extinguished, this one is still holding together, with a small number of cooperative people, but still fulfilling its role as a services provider to the School, helping to sell the production surplus, all this executed by the cooperative students at their selling stand. The pedagogical portion of this, is nowadays separated from the practice. The teachings of the cooperative doctrine are inserted in other school subjects. Our field research showed that, although not emphasized in its original main goals, the community approves its maintenance. It also showed that it needs conjunctural structure changes in order to adapt itself to the new realities, like, the State of Maranhão is one of the country's poorest, and the propagation of the cooperativist ideals may be one, of the many ways, of improving the life quality of the poor part of the population, which is the great majority. That only through education (something that our State is also considered one of the worst in the country) the State of Maranhão can take a step forward. The most basic objective of the Cooperative-School units is convincing people that through cooperation it's possible to attain the inclusion of the most unattended communities. That the Cooperative-Schools, together with other cooperativism promotion agencies, can be the ones that will implement this changes in the State. Another affirmative matter is the determination of the Law n. 11.892/08, which express that Federal Institutes, created by it, should stimulate cooperativism teaching and practicing. Today, our Cooperative-School is a reality, with experience surpassing three decades of existence, it can coordinate this new actions towards the propagation of the cooperativist ideals.

Keywords: Cooperative. Cooperative-School. Education. Change

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Quantitativo de cooperado/associado à Cooperativa-Escola.....	32
Gráfico 2	Participação dos cooperados na diretoria da Cooperativa-Escola.....	33
Gráfico 3	Onde se deu o estudo e conhecimento do cooperativismo.....	33
Gráfico 4	Participação em outras cooperativas no nosso estado.....	34
Gráfico 5	Cumprimento do papel administrativo-pedagógico da Cooperativa-Escola	35
Gráfico 6	O cooperativismo como forma de melhoria de vida do pequeno produtor rural.....	36
Gráfico 7	A criação de novas cooperativas para alguns seguimentos menos favorecidos.....	36
Gráfico 8	A importância da Cooperativa-Escola na formação do Técnico Agrícola.....	37
Gráfico 9	A aprovação da Cooperativa-Escola no atual cenário da Educação Profissional e Tecnológica.....	40
Gráfico 10	Desempenho da Cooperativa-Escola como prestadora de serviços ao Campus.....	40
Gráfico 11	Utilidade pedagógica da Cooperativa-Escola para os alunos.....	42
Gráfico 12	Manutenção ou extinção da Cooperativa-Escola.....	42

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CENAFOR	- Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoa para Formação Profissional
CGU	- Controladoria Geral da União
COAGRI	- Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário
COETAGRI	- Cooperativa-Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de São Luiz-MA
CONTAP	- Conselho Técnico-Administrativo da Aliança para o Progresso
COIFECMA	- Cooperativa-Escola dos Alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Maranhão – Campus São Luís – Maracanã
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
SESCOOP	- Serviço Nacional de Aprendizagem Cooperativa
SINTAG-MA),	- Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Estado do Maranhão
UEP	- Unidade Educativa de Produção

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	REFERENCIAL TEÓRICO	3
2.1	O surgimento do ideal cooperativista.....	3
2.2	Valores e Princípios que norteiam o cooperativismo.....	6
2.3	A aprendizagem cooperativa.....	9
2.4	Educação, trabalho e cooperação.....	12
2.5	As Cooperativas-Escolas no Brasil.....	15
2.6	A EAFSL, hoje IFMA Campus São Luís – Maracanã.....	22
2.7	O sistema de ensino “Escola-Fazenda”.....	24
2.8	A cooperativa-Escola do Campus São Luiz – Maracanã.....	26
3	METODOLOGIA	29
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	32
4.1	Análise e apuração dos resultados da pesquisa realizada aos egressos.....	32
4.1.1	Análise dos resultados obtidos da pesquisa aos egressos.....	37
4.2	Realização dos trabalhos da pesquisa aos servidores e gestores.....	39
4.2.1	Análise dos resultados da pesquisa a servidores.....	41
4.3	O cooperativismo no estado do Maranhão.....	43
5	CONCLUSÃO	46
	REFERÊNCIAS.....	49
	APÊNDICES.....	51
	ANEXOS.....	58

1 INTRODUÇÃO

O Cooperativismo, hoje difundido em todo o mundo, seja ele capitalista ou seja socialista é tido como uma ideia que deu certo e, como tal, foi copiado. Desde os pioneiros de Rochdale, na Inglaterra, considerados como paradigma da ideia de uma economia coletiva, de cunho solidário, em que os meios e as relações de produção poderiam ser socializados, tem prosperado em todas as partes do planeta.

Em oposição aos sistemas econômicos exploratórios do homem sobre o próprio homem, ou pelo entendimento de que a união de nossas fraquezas poderá gerar uma força compensatória, capaz de nos tornar fortes, o homem tem buscado nessa união, as formas de saciar, pelo menos, suas necessidades mais prementes. A cooperação está contraposta à competição. Ao cooperarmos, dividimos as riquezas, os esforços, num processo de compartilhamento mútuo que pode gerar a satisfação de muitos. Ao contrário: competindo esquecemos o lado solidário e queremos arrebatá-las todas as vantagens, privilégios e ganhos, monopolicamente.

Viver em sociedade parece-nos socializar os meios de sobrevivência da melhor forma possível, evitando o desconforto da estratificação, causada pelos nossos sistemas econômicos. Não temos a pretensão de considerar o Cooperativismo como a solução dos problemas econômico-sociais do mundo, hoje quase todo capitalista, mas o vemos como uma possível saída para soluções conjunturais de uma sociedade. A coletivização dos meios de produção, a autogestão, a solidarização da prestação de serviços, a obtenção de ganhos através de compras e venda da produção, dentre outras, são oportunidades de benefícios que podem ser obtidos através da nossa participação em sociedades cooperativas.

No nosso País, o ideal cooperativista aportou por volta do final do século XIX, com a transição do final da sociedade escravista para a capitalista. Época da chegada dos imigrantes europeus, que já traziam consigo, a cultura do ideal cooperativista e em muito contribuíram para sua propagação, embora tímida, podemos assim dizer, em todo o país. Conforme escritos históricos, nossa primeira cooperativa no modelo inglês foi a de consumo em Ouro Preto, Minas Gerais, como detalharemos mais à frente, seguida pela fundação das cooperativas de crédito no sul do país e em seguida as agropecuárias.

O governo sempre esteve atento às iniciativas de formação de cooperativas, demonstrando simpatia em alguns momentos, apreensão em outras e intervindo no ordenamento através de legislações específicas para o setor. O cooperativismo, desde seu início em nosso país até os dias atuais, tem tido uma vasta legislação que o possa normatizar.

Críticas são feitas a essas ações governamentais, considerando-as intervencionistas e tidas como ferindo um princípio básico o da livre iniciativa, na formação das sociedades cooperativas. A Lei cooperativista vigente, nº 5.694/71, tem sido alvo dessas críticas. Por outro lado, existem visões favoráveis, como afirmam alguns autores. Diz-se que a Constituição de 1988 trouxe benefícios para o sistema cooperativista nacional, estimulando a iniciativa e intervindo menos.

A formação técnico-profissional em Agropecuária, ministrado pelos antigos Colégios Agrícolas, que se transformaram em Escolas Agrotécnicas Federais e hoje elegidos em campi dos Institutos Federais em todo país, tinham no seu currículo o ensino do cooperativismo, como forma de propagação da doutrina cooperativista e estímulo à formação de novas cooperativas de atividades rurais. Isto nos estimulou a proposição do nosso trabalho, cujos objetivos estabelecemos como sendo: analisar o ensino do cooperativismo ministrado na ex-Escola Agrotécnica Federal de São Luiz, hoje Campus São Luiz - Maracanã do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, e a difusão da doutrina ou ideal cooperativista no Estado do Maranhão, como forma de organização econômico-social das comunidades rurais. Seguindo esse caminho, Colégios Agrícolas dos, então, estados do Paraná e São Paulo também ensinam o Cooperativismo, fundaram Cooperativas-Escolas, que, como os das Instituições Federais, têm estes como laboratórios das práticas educativas para empreender o exercício da economia cooperativa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O surgimento do ideal cooperativista

O grande drama das sociedades humanas, de um modo geral, é o seu modo de produção, até então, não encontrado o mais satisfatório. O homem encontrou na Ciência e Tecnologia, por ele desenvolvidas, a forma mágica da superprodução, ainda não a ideal capaz de satisfazer desejos e necessidades de parcela significativa dessa nossa sociedade, mas o possível caminho dessa incessante busca.

A sociedade moderna, ou pós-Revolução industrial, é uma prova viva do que acabamos de afirmar. Com a invenção e utilização da máquina no processo produtivo, demos um salto de qualidade nos quantitativos de produção. Estabelecemos um novo conceito de sociedade mais pragmática diante do novo paradigma emergente das relações Capital e Trabalho. A melhoria da produtividade, a abertura de novos mercados o processo de acumulação do capital financeiro, foi a tônica desse momento. Chegamos quase ao apogeu do processo do produtivo e nos esquecemos do homem, mobilizador de todo esse processo e dotado de inúmeras carências, que deveria ser destinatário final de tudo gerado nessa cadeia, por ele próprio para seu bem estar.

A relação Capital e Trabalho deixam de ser amena e pacífica e passa para um estágio, mais conflituoso. A exploração do Trabalho pelo Capital torna mais explícita esta relação que tende a uma ruptura. Nesse estágio de crise, surgem os pensadores com suas obras literárias e formas mirabolantes de sugerir as mudanças. Essas mudanças, pode-se assim dizer, eram sempre uma forma de apaziguamento e evitar o confronto direto das classes antagônicas.

Do outro lado, os próprios trabalhadores, oprimidos pelo próprio trabalho e necessidades, forjam idéias que possam restabelecer-lhes a dignidade, sem que seja necessário o embate. Esse embate não seria só das classes estratificadas, mas também pelas competições estimuladas dentro das organizações entre os próprios trabalhadores, com vistas ao aumento da produtividade e geração dos conflitos de interesses. Com isso, os capitalistas aumentariam seus lucros e os trabalhadores teriam maiores dificuldades de se organizarem.

O Dicionário Houaiss (2009) define o termo competição como “concorrência a uma mesma pretensão por parte de duas ou mais pessoas, ou grupos com vistas a igualar ou superar o outro”. Diferentes do termo oposto, que é a cooperação, teriam no mesmo Dicionário a definição: “atuar, juntamente com outros, para um mesmo fim”. O Capitalismo mantém até nossos dias sua forma de exclusão pela concorrência ou competição. Para

Lourenço:

Este modelo envolveria a existência de regras as quais os competidores necessitariam se submeter. Segundo Barreto isto estaria fundamentado na tese em que na competição, os competidores estariam focados na meta final a ser atingida, não nos outros competidores, o que daria a mesma um princípio impessoal. Contudo, mesmo que se busque dar à competição uma qualidade normativa, as sociedades fortemente individualistas e competitivas, assim como a capitalista atual, pelas inerentes especificidades de seu modelo, incentivam, ainda que em sentido implícito, maneiras de competição que, se preciso, desconsideram a norma e alteram suas metas na intenção de destruir o outro, o rival, transformando a ação, comumente, numa concorrência individual que se aproxima da patologia, suscetível de levar a sociedade a um elevado estado de violência e, no extremo à sua dissolução. (LOURENÇO, 2008, p. 67).

Nesse ínterim surgiu o ideal cooperativista. Talvez, até mesmo, em imitação às demais espécies vivas existentes no planeta, que encontram na ajuda mútua a forma mais salutar de sobrevivência. Insetos como as formigas, as abelhas, por exemplo, possuem formas de organização cooperativas eficientes, que podemos tê-las como referência a qualquer padrão associativo. Sabe-se que no processo histórico da Humanidade, foram encontradas várias formas de associação que em muito se aproximavam do sistema cooperativo, surgido na Europa e difundido em todo mundo. Desse ideal cooperativista, imergiram então as primeiras cooperativas.

Alguns autores daquela época podem ser considerados como precursores do pensamento cooperativista a saber: Robert Owen (1771 – 1858); Charles Fourier (1772 – 1837); Ferdinand Lasalle (1825 – 1864) e Charles Gide (1847 – 1932). Considerados depois como “socialistas utópicos” eles viam no Cooperativismo um dos caminhos para a nova ordem econômica e social. Eles viam, por um lado, o Cooperativismo como instrumento de luta para superação do Capitalismo e, por outro, a substituição do sistema capitalista por uma República Cooperativa. Rech (2000). Em 1817 Robert Owen propôs ao governo britânico a utilização do dinheiro do fundo de amparo aos pobres, para compra de terras e criação dos núcleos chamados de “Aldeias Cooperativas”, para que estes (os pobres) em vez de receberem doações, fossem capazes de produzir seu próprio sustento Lourenço (2008). Proposta não aceita, desapontando Owen que, desgostoso, mudou-se para os Estados Unidos.

Ao lado de Owen, Fourier e Saint Simon foram os clássicos do “Socialismo Utópico”. O cooperativismo recebeu deles inspiração fundamental, a partir da qual os praticantes da economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos, pelo único método disponível no laboratório da história: o da tentativa e erro. (LOURENÇO, 2008, p. 28).

Mesmo assim, o Cooperativismo teve então suas bases ideológicas na Europa, mais precisamente na própria Inglaterra. Momento em que o capitalismo industrial se consolidava e o processo sociocultural migrava do antigo sistema feudal para o novo paradigma capitalista. As recém criadas indústrias explorando os trabalhadores em um regime semi escravo, se compararmos aos padrões atuais de trabalho, foi o momento em que surgiu idéias em busca de uma solução, que, pelo menos, amenizasse aquele quadro.

A economia solidária surgiu após o advento do capitalismo industrial, como reação ao enorme empobrecimento dos artesãos, provocado pela propagação de máquinas e da estrutura fabril de produção. A Primeira Revolução Industrial ocorreu na Grã-Bretanha, antecedida pelo afastamento de camponeses dos domínios\senhoriais, os quais se converteram no proletariado moderno. Não havia limites legais que impedissem a exploração do trabalhador e de sua família; até crianças trabalhavam. (SINGER apud LOURENÇO, 2008, p. 27).

Foi nesse quadro que ocorreu o pensamento cooperativo, como oposição a tudo isso e o revigoramento do sentimento solidário como forma de emancipação dos oprimidos ou explorados. Em 1844, foi fundada em Lancaster a primeira cooperativa definida e organizada que realmente deu certo, tornando-se a pioneira de um movimento que se mundializou, em contraposição ao Capitalismo, consolidado da riqueza e lucro, que também se instalava em todo o mundo. Os 28 (vinte e oito) tecelões de Rochdale jamais podiam imaginar que naquele momento, fundavam um dos movimentos socioeconômicos mais difundidos no mundo, capaz de viver bem tanto no sistema capitalista como no socialista.

A experiência dos pioneiros de Rochdalle deu certo. No início foi muito difícil, muito lento e muito árduo mesmo, não podendo ser diferente dada a situação dos próprios empreendedores.

Enquanto planejavam e escreviam as normas a serem executadas, foram juntando, pouco a pouco, as minguadas e suadas poupanças de cada um. Tinham consciência da necessidade de uma quantia maior para que os projetos fossem transformados em realidade.

Os pioneiros levaram um ano preparando as normas e levantando o capital suficiente para começarem o empreendimento. Eram vinte e oito artesãos que constituíam esta pioneira sociedade. Vinte e oito libras esterlinas (moeda Inglesa) o capital subscrito e integralizado da sociedade cooperativa, que teve o primeiro nome de Sociedade dos Equitativos Pioneiros de Rochdalle. Em vinte e um de dezembro do mesmo ano, conseguiram abrir um armazém cooperativo de consumo num local denominado “Beco do sapo” tão pequeno que provocou o riso dos comerciantes locais (não imaginando eles, nem mesmo os fundadores que aquilo seria marco de empreendimento para o mundo inteiro!).

O trabalho realizado pelos pioneiros produziu frutos mil por um. Isto porque a cooperativa foi planejada e bem administrada. A luta continuou árdua por muitos anos, pois a meta era crescer sempre. E conseguiram. Nunca deixaram de reunir-se semanalmente. Pouco a pouco o pequeno armazém cooperativo foi crescendo e se agigantando. O capital crescia e se multiplicava. Adquiriram moinhos para oferecer pães aos associados, iniciando assim a fase de industrialização.

Hoje são milhares de associados congregados em torno de uma poderosa federação de cooperativas. Há centenas de fábricas para abastecer suas filiadas e seus entrepostos. O modesto armazém do “Beco do sapo” transformou-se num moderno prédio de quinze andares.

2.2 Valores e Princípios que norteiam o cooperativismo

O modelo cooperativista citado, que até hoje serve de base em todo o mundo, para criação de novas cooperativas, tem seus alicerces fincadas em princípios e valores que emanaram da experiência pioneira de Rochdalle. Faremos uma pequena análise desses princípios norteadores da formação das sociedades cooperativas, bem como, dos valores que devem ser preservados, tendo em vista que se trata de sociedades autogestionárias de propriedade coletiva. Os princípios básicos são:

I. ADESÃO VOLUNTÁRIA E LIVRE – qualquer cidadão poderá participar de uma cooperativa, ingressar ou sair dela quando desejar. Estes princípios de acordo com a Lei 5.764/71. A única restrição admissível é a impossibilidade técnica, isto é, se a cooperativa não tiver condições de atender tecnicamente à prestação dos serviços a novos cooperado. Portanto, qualquer discriminação religiosa, racial, social ou política, não encontra-se inserida na filosofia cooperativista; (BRASIL, 2001)

II. GESTÃO DEMOCRÁTICA E LIVRE - nas sociedades cooperativas, todos os associados tem iguais possibilidades de controle da entidade, dirigi-la ou manifestando-se democraticamente através das Assembléias Gerais, que são o órgão máximo das cooperativas. Aqui o que vale é a pessoa humana e não o seu dinheiro ou sua posição social, no Cooperativismo todos são iguais. Assim, independentemente do capital que tenha subscrito e integralizado na cooperativa, cada sócio tem direito a um voto, “uma pessoa um voto”, é a

síntese desse princípio, dentro da lei dos estatutos, todos podem votar e ser votado;

III. PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DOS ASSOCIADOS - os cooperados subscrevem e integralizam o capital social da cooperativa mediante quotas-partes. Os membros contribuem equitativamente para formação do capital social das cooperativas e a controlam democraticamente. Parte desse capital é propriedade comum da cooperativa. Os excedentes do capital podem ter o seguinte destino:

- a) desenvolvimento de suas cooperativas, formação de reservas;
- b) - retorno de benefícios aos membros, na proporção de suas transações;
- c) - apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

IV. AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA – As cooperativas são empreendimentos autônomos, controlada por seus associados, que devem decidir sobre suas atividades, definir sua missão, objetivos e metas. Não há interferência governamental nas decisões. A isso denominamos “autogestão”. Os cooperados assumem a gestão do seu próprio negócio, eliminando assim, a figura do patrão, encarregado, chefe ou outro qualquer dirigente.

Lourenço (2008) nos ensina, a respeito, que

As cooperativas aquelas pautadas pelos princípios da economia solidária tentam contrariar as formas de trabalho impostas ao trabalhador na economia capitalista. Dentro delas, abrem-se possibilidades para a autogestão, assim sendo para o resgate da subjetividade de cada trabalhador, pois cada um teria vez e voz. Tal fato está marcado na sua própria definição, pois cooperativas seriam “sociedade de pessoas (cooperados) com direito a voz e voto (pessoal, unitário e intransferível)” (LOURENÇO, 2008, p. 30).

V. EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO – a formação, a capacitação e a constante requalificação de associados, diretores, conselheiros liderem e funcionários, bem como o desenvolvimento profissional e cultural deste cooperado e sua família são básicos para o bom funcionamento da cooperativa. A grande maioria dos membros de uma sociedade cooperativa, por vezes, não tem o devido conhecimento desses princípios e valores onde se alicerçam estas, e eles precisam ter esses conhecimentos para poder interagir de maneira abalizada nos destinos desta. O caminho mais objetivo para isto é a Educação. A informação transparente das atividades da cooperativa, a divulgação da doutrina e seus princípios são básicos para o seu sucesso como cooperado;

VI. COOPERAÇÃO ENTRE COOPERATIVAS – Assim como os associados devem ajudar-se mutuamente, as cooperativas também devem seguir o mesmo caminho, objetivando o crescimento econômico, cultural e social dos próprios cooperados e do sistema cooperativo. Desse modo, uma cooperativa mais desenvolvida deverá auxiliar qualquer outra coirmã no processo de emancipação econômico-social;

VII. INTERESSE PELA COMUNIDADE – as cooperativas contribuem para o desenvolvimento das comunidades com a geração de trabalho e renda, prestação de serviços, melhoria da qualidade de vida e preservação do meio ambiente, mediante políticas aprovadas por seus associados. Como podemos assim dizer, elas se constituem em um bem comunitário e como tal, tem que estar em perfeita sintonia com seus anseios e aspirações.

Alem dos princípios, que acabamos de analisar temos os “valores” que toda sociedade cooperativa deve preservar, para manutenção de sua integridade e desenvolvimento. Os valores são mais difíceis de serem assimilados, devido ao seu caráter interpessoal, ou seja: entre cooperados nos processos das relações interpessoais, necessárias para o bom funcionamento da cooperativa. Muitos desses valores deveriam estar interiorizados pelo cooperado, para facilitar sua participação nos momentos decisórios da entidade.

A “ajuda mútua” é um desses valores. Como poderemos ter uma sociedade baseada nos princípios da cooperação e solidariedade, sem essa ajuda entre as pessoas que formam este grupo? “Responsabilidade” nenhum integrante pode deixar de ter responsabilidade para consigo e os demais. “Democracia”, se somos uma entidade coletiva em que todos trabalham e ao mesmo tempo dirige seu destino, não pode deixar de prevalecer “a vontade da maioria.”

A “igualdade” aqui entendida, como mesmos direitos e deveres, provém também das bases democráticas. “Equidade e solidariedade” são básicos e essenciais deste modelo de sociedade, firmada nestes preceitos sociais. Para Gawlak (2004, p. 29)

As cooperativas baseiam-se nos valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Conforme os seus pioneiros, o Cooperativismo acredita nos valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e preservação do ambiente para o desenvolvimento sustentado. O empreendimento cooperativo tem características próprias e se fundamenta nos valores humanos e na dignidade pessoal.

2.3 A aprendizagem cooperativa

Sendo que nosso trabalho trata tanto da Educação como da Cooperação, por que não uni-las nesse contexto e analisar o que alguns autores ofereceram como ponto de vista a esse respeito? O ato de cooperação, que deu origem à filosofia do Cooperativismo, na sua forma de concepção, tornou-se lição para o mundo todo e como tal, a subjetividade daí advinda, orienta que a difusão da lição transformada em conhecimento com possibilidades de sucesso, carece de ensinamentos ou reprodução para outras sociedades. A aprendizagem garantirá a eficácia das ações futuras, no processo de transformação social. Colha-se o seguinte texto:

Para que ocorra o cooperativismo, portanto, são necessárias condições objetivas e subjetivas. A condição objetiva é a situação vivenciada geradora de problemas; a condição subjetiva é a tomada de consciência de que os problemas são comuns e de que, com a união, é possível superá-los, proporcionando vantagens mútuas. O processo de tomada de consciência e de organização é educativo, gerando conhecimento e sociabilidade. (ANDRIOLI, 2007, p. 09).

A Aprendizagem Cooperativa ocorre mesmo do modo mais tradicional da educação, em que o professor, depois da transmissão impessoal dos conteúdos ministrados em sala de aula, na qual se dirige à turma de forma geral e impessoal, atende, logo depois da aula, com presteza e dedicação, a cada aluno individual que o procura. Agindo dessa forma, ele vai identificando os níveis de absorção dos conhecimentos repassados individualmente, ou seja, por cada educando. O próximo passo será a intervenção, que poderá ser feita por ele professor, num contato mais direto com o educando ou, por sua orientação, de um colega que já domine esse conteúdo e este o designe. Leia-se pois, que

Na tendência liberal tradicional, a atuação da escola consiste na preparação intelectual e moral dos alunos para assumir sua posição na sociedade. O compromisso da escola é com a cultura, os problemas sociais pertencem a sociedade. O caminho cultural em direção ao saber é o mesmo para todos os alunos, desde que se esforcem. Assim, os menos capazes devem lutar para superar suas dificuldades e conquistar seu lugar junto aos mais capazes. (LIBÁNEO, 1998, p. 23).

Sabe-se que a Aprendizagem Cooperativa tem se desenvolvido desde os primórdios da humanidade. Conforme enfatiza (KUMMER, 2006, p. 27), até mesmo em citações bíblicas encontramos tais resquícios, como:

Melhor serem dois do que um, porque têm melhor paga do seu trabalho. Porque se um cair, o outro levanta o seu companheiro; mas ai do que estiver só, pois ele caído, não haverá outro que o levante. Também, se dois dormirem juntos, eles se esquentarão; mais um só como se esquentará? E se alguém quiser prevalecer contra um, os dois lhe resistirão; e o cordão de três dobras não se quebra tão depressa. (ECLESIASTES 4: 9 a 12)

Vários outros pontos são relevantes na trajetória desse modelo pedagógico de propagação dos conhecimentos de forma compartilhada, que apontaremos, como na tabela abaixo:

Tabela 1- Linha do Tempo: História da Aprendizagem Cooperativa

Data	Evento relacionado
Começo do século XIX	A escola Lancaster se estabelece nos EUA (Joseph Lancaster e Andrew Bell usaram o grupo de aprendizagem cooperativa extensivamente na Europa e trouxeram a idéia para os EUA em 1806, Nova York). O movimento da Escola Comum nos EUA: forte ênfase na aprendizagem cooperativa.
Final do século XIX	Coronel Frances Parker: Promoveu a aprendizagem cooperativa, democracia e devoção à liberdade nas escolas públicas.
Começo do século XX	Movimento da Escola Nova: John Dewey e outros promoveram grupos de aprendizagem cooperativa como uma parte de seu famoso projeto de método de instrução: Teoria da Independência social & Dinâmica de Grupo. Kurt Koffa & Kurt Lewin Psicólogos da Gestalt.
Anos 40	Teorias e pesquisas sobre cooperação e competição: Morton Deutsch.
Anos 50	Teoria da Aprendizagem Cognitiva: Jean Piaget e Lev Vygotsky. Movimento da Dinâmica em Grupo Aplicado, Deutsch, Laboratórios Nacionais de Treinamento. Pesquisas de Deutsch sobre confiança, situações individuais: Estudos Naturalísticos.
Anos 60	Pesquisas de Stuart Cook sobre cooperação. Pesquisas de Spencer Kagan sobre cooperação e competição de crianças. Movimento de Aprendizagem por Investigação (descoberta) Bruner, Schuman. B. F. Skinner, Aprendizagem Programada, Modificação de Comportamento. David e Roger Johnson começam a treinar professores em aprendizagem cooperativa na Universidade de Minnesota.
Anos 70	David Johnson escreveu Psicologia Social na Educação. Robert Hamblin: Pesquisa comportamental sobre cooperação/competição. Primeiro Simpósio Anual de APA (Entre os apresentadores estavam David e Roger Johnson, Stuart Cook, Elliot Aronson, Elizabeth Cohen e outros). Revisão das pesquisas de David e Roger Johnson sobre cooperação/competição. Robert Slavin começou o desenvolvimento de currículos cooperativos. Shlomo e Yael Sharan, Ensino em pequenos grupos (Investigação de Grupo). Elliot Aronson, sala de aula Jigsaw (quebra-cabeça). Edição sobre cooperação do Jornal de Pesquisa e Desenvolvimento em Educação. Primeira Conferencia Internacional sobre Aprendizagem Cooperativa, Tel Aviv, Israel.
Anos 80	David e Roger Johnson, Meta-análise de Pesquisa em Cooperação. Elizabeth Cohen, Desenhando Grupos de Trabalho. Spencer Kagan desenvolveu Abordagens Estruturais para Aprendizagem Cooperativa. David e Roger Johnson escreveram Cooperação e Competição: Teoria e Pesquisa.
Anos 90	A aprendizagem cooperativa ganha popularidade entre educadores do ensino superior. Primeira Conferência anual sobre Liderança em Aprendizagem Cooperativa, Minneapolis. David e Roger Johnson e Karl Smith adaptaram a aprendizagem cooperativa para sala de aula de faculdades e escreveram Aprendizagem Ativa: Cooperação na Sala de Aula da Faculdade.

(Adaptado de Johnson, D. W. & Johnson, R.T. 1999 **Learning Together and alone**, *apud* Kummer, 2006, p. 28).

A afirmação popular de que “duas ou mais cabeças pensam melhor que uma” ficou então comprovado cientificamente. É mensurável para os educadores que os trabalhos desenvolvidos por equipe, que aqueles individuais ou que a equipe não chegou a autogerir-se de forma a interagir.

Várias obras foram editadas sobre a Aprendizagem Cooperativa, dentre elas a Teoria Socioconstrutivista de Vygotsky, que deu base para novos estudos, dentre eles o de Johnson & Johnson, bastante divulgado na década de 70 (setenta). Diz-se, então, que

Vygotsky concebia a escola como um cenário social, organizado especificamente para modificar o pensamento, acreditando que a educação formal desempenhava um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo dos alunos, porque predispunha para novos modos de pensamento. A abordagem vigotskyana da educação surge assim como uma abordagem que analisa a educação como uma importante atividade humana, contextualizada numa teoria sociocultural de desenvolvimento psicológico (FONTES e FREIXO, 2004, p. 09).

Nessa Teoria de Vygotsky (2007) destacamos o que ele chamou de “zona de desenvolvimento proximal”. Conforme sua definição, a “zona de desenvolvimento proximal” é a distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial do educando. No primeiro caso o aluno tem possibilidades de resolução de problemas independente e no segundo caso, ele resolverá problemas sob orientação do professor ou outra pessoa mais capaz.

A “zona de desenvolvimento proximal” define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão mas que estão presentemente em estado embrionário. Essas funções poderiam ser chamadas de “brotos” ou “flores” do desenvolvimento em vez de frutos do desenvolvimento. O nível de desenvolvimento real caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente, enquanto a “zona de desenvolvimento proximal” caracteriza o desenvolvimento mental prospectivamente (VYGOTSKY, 2007, p. 98).

A Aprendizagem Cooperativa mostra pretensão de uma educação avançada e mais participativa em que todos os integrantes de uma sala-de-aula tenham sucesso ou fracasso juntos, motivados pela solidariedade ao invés da competitividade. “Cooperar significa trabalhar em grupo para alcançar determinados objetivos, procurando-se resultados positivos para cada um e para todos os elementos do grupo” (JOHNSON; JOHNSON *apud* FONTES; FREIXO, 2004, p. 26).

No ensino agropecuário ministrado nas ex-Escolas Agrotécnicas Federais, não sabemos se inspirado nesse modelo da Aprendizagem Cooperativa, temos o “Sistema Escola Fazenda,” que, em muitos pontos, pode ser comparado a esse. O “Aprender a fazer e fazer para aprender”, princípio filosófico da “Escola Fazenda” em muito se parece com o princípio do construtivismo “Aprender a Aprender” em que se insere essa corrente pedagógica. A criação da Cooperativa-Escola, não essencialmente como fomentadora do movimento cooperativista, mais como disseminadora da ação cooperativa dentro do espaço escolar, pode ser um exemplo. A “monitoria”, em que alunos mais avançados se encarregam de repassar tarefas e orientação aos mais novos, são exemplos casuais ou reproduzidos da Aprendizagem Cooperativa dentro das nossas instituições.

2.4 Educação, trabalho e cooperação

Tudo o que discurremos até agora nos remete a um mesmo ponto, que é o homem vivendo em sociedade, ou seja: o “homem social” culto, inculto, abastado, sedento, tradicional, inovador e tudo o mais que poderíamos qualificar-lhe. Toda a possível qualificação que poderíamos dar a esse homem se origina no determinismo cultural elaborado e vivenciado por cada sociedade. Sua visão determinista, fundamentada na subjetividade constituída dos grupos liderantes, conduzirá seus destinos rumo ao convencional, como melhor para perfeita interação e sobrevivência daquele grupo.

Um dos condicionantes, ou seus principais, são as necessidades humanas. Estas, por certo, os instigarão à busca de formas, métodos técnicas de obter suas saciações. Os nossos desejos e necessidades, podemos assim afirmar, são a mola propulsora para o desenvolvimento das sociedades humanas. O desenvolvimento, tido como avanço rumo a superação de nossas carências, tornou-se a meta a ser atingida por todas as sociedades que não se mantiveram no que costumamos chamar de primitivismo.

Para que utilizemos as formas, métodos e técnicas necessitamos da aprendizagem, que possibilitará o desempenho das atividades laborais, essenciais para o modelo social o qual vivemos. O trabalho, economicamente tido como segundo fator, será fundamental na escalada produtiva de transformação da natureza (primeiro fator) em bens úteis a nossa satisfação imediata ou confecção de outros bens. A produção é, conceitualmente falando, esse processo em que o homem, com o trabalho que lhe é inerente, transforma os bens.

A produção é, então, o resultado da ação humana. Precisamos aprimorar e repassar às novas gerações, através do processo educativo, as técnicas de apropriação, transformação e utilização dos bens. Depois de produzidos os bens, surgem novos desafios, como o seu encaminhamento e a sua forma de divisão ou distribuição. Como satisfazer a grande maioria se os bens são escassos e insuficientes para todos? Uma nova concepção se faz então necessária nesse momento, que é a solidariedade, a cooperação.

A atividade produtiva é sempre social e a sociabilidade, se entendida como um processo humano, não ocorre por instinto, mas por relações intencionalmente construídas. É a necessidade que gera a relação cooperativa entre os seres humanos. Ou seja, quando o ser humano se torna consciente de sua incapacidade de resolver individualmente um problema, a tendência é solicitar o auxílio de seu semelhante. Grupos humanos, percebendo sua fraqueza diante de uma adversidade, se unem para resolver problemas que lhes são comuns (ANDRIOLI, 2004, p. 06).

Está muito claro que precisamos produzir os bens cada vez mais em quantidades e qualidades capazes de suprir todas as necessidades humanas e isso só será possível com o aprimoramento dos meios de produção, obtenção e utilização de novas tecnologias, aprimoramento das já existentes, tornados realidade através do processo educativo, que também é um ato cooperativo. Talvez seja utópica essa meta das sociedades humanas, mas não pode deixar de ser buscada cotidianamente.

O Capitalismo pós-industrial deu um novo perfil à estratificação social, dividindo a sociedade em apenas dois pólos, o Capital e o Trabalho. Os empresários detentores do capital, a saber, dos meios de produção e conseqüentemente, ditadores das normas de manutenção das suas condições, de um lado. Já do outro, o proletariado vendedor, da sua força-de-trabalho que impulsiona máquinas, implementos, instrumentos de trabalhos e o domínio da técnica rumo aos quantitativos de produção. A demanda de mercado obriga o estabelecimento de regras e novas formas de alocação da mão-de-obra dentro das organizações, antagonizando os dois estratos dada a divergência dos seus interesses. Compreenda-se, então, que

Para garantir suas condições de acumulação, o capital passa a implementar medidas de gestão do trabalho e da produção, no sentido de proporcionar maior maleabilidade aos processos produtivos, aumentar a capacidade de adaptação da força de trabalho conforme a necessidade, criar nela a disposição para ceder a mudanças de circunstâncias. Desse modo, o capital passa a dispor de múltiplos usos da capacidade de trabalho, desenvolve a multifuncionalidade ou a polivalência do trabalhador (SOUSA, 2009, p. 56).

A Administração científica, advinda desse novo modelo social, comumente apelidada de taylorismo-fordismo ou de racionalização do trabalho, desenvolveu seus primeiros estudos centrados na produtividade do homem e não no homem. Os trabalhos de Taylor e Ford foram realizados nos Estados Unidos da América. Sobre o primeiro leia-se que

Basicamente, o foco estava direcionado totalmente a produção, e não a organização como um todo. O objetivo estava em obter o máximo resultado produtivo. O que geraria o máximo lucro. Segundo a visão de *homem economicus*, o elemento que motivava o indivíduo a produzir era exclusivamente a sua recompensa monetária, razão pela qual acreditava que quanto maior fosse a recompensa dada ao trabalhador, maior seria sua dedicação e esforço. Enfim, acreditava Taylor que a administração e os trabalhadores tinham um interesse comum no aumento da produtividade [...] (DIAS, 2003, p. 45).

Essa primeira fase da Administração é complementada com a obra de Henri Fayol na Europa, totalmente centrada na estrutura organizacional, com ênfase nas funções e princípios da Administração. Segundo Dias (2003), Fayol acreditava “[...] que a boa prática da administração segue certos padrões que podem ser identificados e analisados, estabelecendo então uma ética corrente para esta.”

A teoria clássica da Administração, embora reconhecido o seu valor científico, tem sido alvo de inúmeras críticas, devido a seu foco mercantilista de busca do lucro acima de tudo e acumulação do capital em detrimento da exploração do homem trabalhador. Ele é

[...] o lugar do sujeito dentro do taylorismo “é um lugar negado.” É um homem que silencia, vende sua força de trabalho e adoce pelo mesmo, cercado de medos: o medo de sua humanidade, de sua fragilidade em relação às máquinas e aos seus concorrentes, em um mercado de trabalho muito competitivo. Todos aparentemente descartáveis assim que adoecem ou se mostram inadequados ao cumprimento de tantas regras, aperfeiçoamentos e competitividade [...]. (LOURENÇO, 2008, p. 30).

Tudo o que escrevemos até agora se fundamenta na correlação trabalho-educação-cooperação. Historicamente, o trabalho é a principal forma de transformação da natureza em utilidades necessárias a sobrevivência da espécie humana no nosso planeta. A perpetuação da espécie humana se dará pelo processo educativo de transferência e reprodução dos conhecimentos obtidos e renovados, às novas gerações. E tudo isso só será possível através das formas de cooperação e solidariedade.

O Cooperativismo, tema desta dissertação, é tido, aqui, como uma forma de agregação de pessoas com as mesmas habilidades e competências, unindo-se para

desempenho destas atividades conjuntamente, uma vez que sozinhas não lograram êxitos ou chegaram a conclusão que unidas atingirão a hegemonia. Para o sucesso pretendido, faz-se necessário o aprendizado constante, até mesmo de seu aperfeiçoamento e criação de novas técnicas, não só da parte laboral, como das relações de interação do grupo, que são fundamentais para sua sobrevivência.

Os grupos cooperativos terão de se autogerir, ou seja: pelo processo democrático, encontrar e formar líderes para sua gestão. Nem sempre isto será um processo fácil. A Educação, mais uma vez, poderá solucionar o problema de formação de um ou vários agentes de administração para o grupo. Esses futuros gestores terão sobre si a responsabilidade de aglutinar as idéias do grupo e conduzi-las rumo ao progresso organizacional de sua entidade coletiva. A gestão de uma empresa solidária terá que necessariamente ser democrática e assim sendo, nela se exercerá a autogestão.

A autogestão significa que as decisões terão de ser tomadas em assembleias e que os dirigentes da entidade serão escolhidos dos seus próprios cooperados. “A autogestão demanda um empenho suplementar dos trabalhadores dirigentes na empresa solidaria; para além de desempenharem as ocupações de sua responsabilidade, cada um deles deve se interessar por questões da empresa em sua totalidade” Lourenço (idem). E aí reside um dos grandes problemas das entidades autogestionárias, nem sempre o(s) indivíduo(s) que recebeu ordens ou orientações para cumprimento de suas tarefas, está apto a atividades de comando, dar ordens ou orientar os outros no cumprimento de suas obrigações. A prática cooperativa estará relacionada à organização do trabalho produtivo, que, por sua vez, se ligará à aprendizagem e ao processo de formação da consciência humana.

2.5 As Cooperativas-Escolas no Brasil

O ideal cooperativista brasileiro, já tratado, teve maior desenvolvimento na região centro sul brasileira, passou a ser ensinado nas escolas como disciplina, de modo a fazer com que o jovem estudante, a partir dos conhecimentos adquiridos, pudesse propagar as chamadas do cooperativismo, empreendendo com a ação de criação de novas cooperativas por todo país. Isto se operacionalizou, de forma mais notória, nos Colégios Agrícolas estaduais e federais. Os colégios estaduais, mais precisamente em São Paulo e Paraná.

Os Colégios Agrícolas, que depois transformaram-se em Escolas Agrotécnicas Federais, pertencentes à rede COAGRI¹, do Ministério da Educação, na década de 70 (setenta), em obediência ao então adotado sistema “Escola Fazenda” incluíram na sua grade curricular o ensino cooperativista, como forma de difusão da sua doutrina e constituição das Cooperativas Escolar e de Trabalho, embriões das atuais Cooperativas-Escolas. O sistema “Escola-Fazenda” passou a ser adotado nessas unidades, mais precisamente em 1967, segundo Soares (2003). Esclareça-se que

No que diz respeito à organização do sistema, de acordo com o documento do CENAFOR de 1973, o ensino deveria ser praticado em quatro espaços bem delimitados: a Sala de aula, o Laboratório de Prática e Produção - LPP, o Programa Agrícola Orientado - PAO e a **Cooperativa Escolar Agrícola - COOP**, atuando a sala de aula como espaço formal de interação professor - aluno e os demais espaços como instâncias de aplicação prática da teoria [...] Já a **COOP** objetivava proporcionar uma vivência de cooperação com vistas ao desenvolvimento coletivo. A comercialização e suas dificuldades, a aprendizagem de métodos de controle de custos e receitas, bem como a percepção pelo aluno do valor dos estudos de viabilidade econômica e técnica para o negócio agropecuário, estavam na constituição da idéia da Cooperativa, que era dividida em Seção de Trabalho, Seção Cultural, Seção de Produção, Seção de Consumo e Comercialização (SOARES, 2003, p. 142 e 143, grifo nosso).

Com a fomentação da COAGRI, órgão também criado pelo sistema “Escola Fazenda” para gerenciamento do ensino agropecuário do Ministério da Educação, cada escola da rede tinha sua própria Cooperativa, na época, Escolar e de Trabalho. As demais Escolas Agrotécnicas, fundadas a partir daí, também seguiram a mesma trilha e também constituíram suas cooperativas dentro da mesma linha de ação.

Com a implantação do sistema Escola-Fazenda nos antigos Colégios Agrícolas do país, por volta de 1967, o ensino do Cooperativismo e as instalações LPP² a Cooperativa Escolar, que era um desses, passou a integrar a grade curricular de formação técnico-profissional em agropecuária. Acontece, porém, que a metodologia adotada no sistema Escola-Fazenda preconizava que a Cooperativa, além de atender os princípios doutrinários do cooperativismo, teria outras finalidades. Neste outro momento, a Cooperativa Escolar seria catalisadora de todas as práticas educativas na execução dos projetos agropecuários, promover a defesa econômica dos interesses comuns e realizar a comercialização dos produtos excedentes do processo ensino aprendizagem (COAGRI, 1982).

¹ Coordenação Nacional do Ensino agropecuário.

²Laboratório de Produção e Pesquisa

Começaram aí as dificuldades, uma vez que a habilitação legal desse modelo de cooperativa não lhe permitia desempenhar todas aquelas atividades. A Cooperativa somente poderia praticar “atos cooperativos”, não os demais que lhes estavam sendo impostos. Outro problema desta ordem, era que estas entidades, não possuíam registros cadastrais nos órgãos federais, estaduais e municipais. Isto, por demais, prejudicaria a comercialização do excedente de produção, oriundo dos projetos agropecuários. Para Perius (2001, p. 85 - 86) “ato cooperativo”, que também está definido na lei cooperativista vigente, é

[...] A denominação dada pelo legislador ordinário o vincula às operações ou negócios das cooperativas com seus associados e reciprocamente. Vincula também os negócios entre as cooperativas, quando entre si associadas. [...] Os negócios-fim, portanto, caracterizam-se como atos cooperativos destituídos de natureza comercial, já que não visam o lucro, nem decorrem da intermediação mercantil.

Em substituição ao Decreto nº 60.597/67, foi instituída a Lei 5.764/71, vigente até o momento. A nova Lei manteve na íntegra, as disposições sobre a Cooperativa Escolar, não satisfazendo, portanto, as novas atribuições deste modelo, dentro dos Colégios Agrícolas, que precisava de uma forma mais dinâmica de escoar os excedentes de produção, que não tinham sido consumido na própria instituição e tratavam-se de produtos perecíveis, na sua maioria. (COAGRI, 1982).

Foi então que, em 1975, através do Decreto nº 76.436, foi criada a COAGRI – Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário, órgão autônomo do Ministério da Educação e Cultura, tendo por finalidade prestar assistência técnica e financeira a estabelecimentos especializados em prestar ensino agropecuário, ao qual subordinar-se-iam todos os Colégios Agrícolas vinculados, até então, ao DEM – Departamento de Ensino Médio, do próprio Ministério (COAGRI, 1982). Este órgão dinamizou a busca por um novo modelo de cooperativa para operar dentro dos Colégios Agrícolas, de tal modo que atendesse aos interesses pedagógicos de difusão do ideal cooperativista e atendesse também aos interesses econômicos dos projetos de forma mais ágil (compra de insumos, comercialização da produção, etc.), tendo em vista que a escola tinha dificuldade para isto, uma vez que, tratava-se de órgão público que obedecia a toda uma legislação específica para compra de bens e serviços, que como sabemos, é um processo licitatório, que por mais simplificado que seja, sempre é moroso. A Cooperativa-Escola, podendo realizar a comercialização dos excedentes estas aquisições ou eventualmente, alguma de maior urgência, sem processo licitatório, de

certo facilitaria a vida do ordenador de despesas, que passava por maus momentos em situações de emergência como essa.

A COAGRI estabeleceu, como ação prioritária, a curto e médio prazos, a implementação dessas Cooperativas-Escolas, provendo-as de reestruturação física, administrativa e pedagógica. Os alunos, de modo geral, seriam os cooperados, aptos a participar do corpo diretivo destas, bem como, dos seus órgãos de controle. Para isso, eles teriam de subscrever e integralizar um determinado valor, que variava muito de uma escola para outra, mais que geralmente tinha por base o salário mínimo, que para cooperativa era quotas-partes e para escola era taxa de internato. Sendo obrigatória integralização do valor, isto feria a um dos princípios do cooperativismo, que é o da “livre adesão”. Isto se manteve da mesma forma em algumas instituições e foi suspenso em outras, até mesmo por determinação judicial, como foi o caso da COETAGRI de São Luís, que estamos estudando.

Para dinamizar a área pedagógica foi necessária a adequação curricular incluindo-se o ensino do Cooperativismo como um dos componentes do processo de formação integral do Técnico Agrícola. Para a atuação da Cooperativa como instituição educativa foram realizados estudos que a tornariam um LPP inicialmente e, logo depois, uma Unidade Educativa de Produção – UEP, diferente das demais unidades, legalmente constituída como pessoa jurídica de direito privado.

Por ocasião do VIII Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em outubro de 1975, foi aprovada a proposição formulada pela COAGRI, que solicitava a regulamentação de cooperativas, constituídas por alunos e egressos das Escolas Agrícolas. Essa proposição tinha por finalidade promover a educação cooperativista e a comercialização dos produtos agropecuários resultantes das práticas de ensino (COAGRI, 1982, p. 15).

Ainda persistiam alguns entraves burocráticos, que impossibilitavam a cooperativa-escola funcionar adequadamente a sua proposição inicial, de inspiração do sistema Escola-Fazenda. Várias opções foram encontradas, mas as principais restrições burocráticas persistiram e não se chegava a uma saída desejada.

Em julho de 1978, no III Encontro de Diretores de Escolar Agrícolas, Chefes de SPA, representantes do INCRA, da IGF e técnicos do CENAFOR concluiu-se que, para viabilizar os trâmites legais do processo de fundação e legalização das cooperativas nos colégios agrícolas da rede COAGRI, seria imprescindível a elaboração de um documento conjunto COAGRI/INCRA/IGF que definisse as diretrizes gerais. COAGRI (INCRA, 1982, p. 15).

Isso representou um grande avanço para as cooperativas escolares e, conseqüentemente, para o ensino agrícola profissionalizante. Várias cooperativas foram constituídas e legalizadas, inclusive na Junta Comercial, Receita Federal, Receita Estadual e outros órgãos de controle.

Cumprido ressaltar que ainda persistiram, por parte do INCRA, impedimentos legais, quais sejam: livre ingresso aos alunos de 2º grau, em sua maioria menores de idade, na Cooperativa, impossibilidade da mesma realizar operações comerciais com terceiros e inadequações da própria razão social da cooperativa constituída.

Outras variáveis trabalhadas indicaram, também, que essa Cooperativa, da forma como estava estruturada, ainda não atendia plenamente às exigências pedagógicas e administrativas peculiares ao ensino agrícola.

Através da análise dos relatórios anuais e das experiências vivenciadas pelas escolas, constatou-se que a administração da fazenda pela cooperativa, por força de contrato, possibilitar-se-ia uma assistência mais eficaz aos projetos, dada a maior flexibilidade na aplicação dos recursos. Essa sistemática proporcionaria, ainda, maior facilidade na comercialização da produção e proporcionaria aos alunos a prática de atividades inerentes ao funcionamento de uma cooperativa.

Para que a cooperativa pudesse gerenciar a fazenda, foi baixado o Decreto nº 88.244, de 20 de abril de 1983, que autoriza a COAGRI a passar, em regime de comodato, para a Cooperativa-Escola os bens e instalações das Escolas Agrotécnicas Federais, necessários à implementação dos projetos resultantes das práticas de ensino. A cooperativa é uma instituição de direito privado, com estatuto próprio e sua sede na é na escola (COAGRI, 1984, p. 33).

Caracterizada a cooperativa que melhor responderia às necessidades do ensino agrícola, trabalhos foram efetuados pela COAGRI, junto ao INCRA, OCB, e CNC, a fim de que essa fosse reconhecida pelos órgãos competentes, bem como, lhe fosse assegurado o respectivo amparo legal.

Desses estudos resultou a resolução CNC nº 23, de 09 de fevereiro de 1982, que reconheceu ser essa modalidade de cooperativa diferente daquela simplesmente escolar, vinculando o seu processo de autorização e registro ao disposto no artigo 18 da Lei 5.764/71. Desse modo foi-lhe assegurado o mesmo tratamento legal dispensado às cooperativas tradicionais. (COAGRI, 1982 p.16).

Pelo mesmo instrumento ficou ainda estabelecido o livre ingresso aos alunos maiores de 12 anos de qualquer grau do ensino agrícola à cooperativa, como cooperado, a comercialização das sobras dos produtos agropecuários por esta, a participação do próprio

estabelecimento como associado (pessoa jurídica) e a criação da própria categoria Cooperativa-Escola. (COAGRI, 1982, p.16).

As Cooperativas-Escolas funcionavam e funcionam ainda, como uma Unidade Educativa de Produção - UEP, com vistas aos alunos vivenciarem na teoria e prática, as ações cotidianas de uma unidade cooperativa: a comercialização dos produtos oriundos das outras UEP's; as reuniões que se faziam e fazem necessários para o fortalecimento da integração do grupo; a elaboração dos planos e projetos; avaliações e contabilizações dos resultados, etc. A teoria com sua história, princípios, direitos deveres, legislação pertinente a doutrina cooperativista. Como viu Ribeiro.

Os planos de curso e os regimentos escolares trazem uma definição do perfil do aluno que as escolas projetam como resultado a ser obtido no final dos cursos. Na análise do perfil do aluno, definido nesses documentos, também é possível observar a contradição explícita nos objetivos quando relacionados à filosofia e à justificativa dos cursos. Numa ponta aparece o perfil criativo, empreendedor, inovador, administrador, apto a vida produtiva do técnico como agente de desenvolvimento rural, capaz de avaliar mercados e condições sociais e culturais que influenciam a produção agropecuária. Na outra, sobressai o técnico crítico, participativo, autônomo, consciente, ético, voltado para cidadania e a justiça, capaz de mediar uma transformação no campo. São elementos comuns que unem as duas pontas: articulação teoria prática e uma formação ético-humanista como valores essenciais da educação profissional de nível técnico em agropecuária (RIBEIRO, 2007, p.88).

Muitas dessas Cooperativas-Escolas prosperaram e tiveram resultados econômicos satisfatórios, devido ao tipo de produtos que se produzia através dos projetos comercializava o excedente e tinha aceitabilidade no mercado. É o caso daquelas que tinha boa produção de leite e fabricava derivados. Essa integração Escola e Cooperativa-Escola se dava naturalmente até que os órgãos de controle (CGU e TCU) passassem a considerar ilícita tal relação, apelidando a performance de “caixa dois”. No entanto, a operacionalidade de ambas (Escola e Cooperativa), obedecia a um padrão orientado pela COAGRI, que se encarregava da coordenação de todas as Escolas Agrotécnicas Federais em todo país. Este órgão que foi extinto em 1986, era quem articulava e dava as diretrizes do ensino agropecuário, período antes de sua extinção.

A logística de funcionamento do sistema escola-fazenda era bem delineada. Ao passar no exame de seleção, como já enfatizamos, para efetivar sua matrícula o aluno tinha que pagar um valor monetário, à Cooperativa-Escola. A partir daquele momento, aquele aluno, por vezes, até mesmo sem saber, estava associado à Cooperativa-Escola. Usufruí de alguns benefícios, pois ela (a cooperativa) podia elaborar e executar alguns projetos

agropecuários dentro da instituição e com isso capitalizar-se e gerar renda que podia ser revertida em função do educando cooperado. No primeiro ano, o aluno já cooperado, tinha a disciplina Cooperativismo e preparava-se para no ano seguinte participar das eleições como candidatos a diretoria, que tinha um mandato de um ano.

O Presidente eleito administrava, juntamente com o Professor Coordenador, a unidade cooperativa. Indicado pelo Diretor Geral para a função, o Professor Coordenador juntamente com Presidente e Tesoureiro (alunos maiores ou emancipados) assinavam todos os documentos financeiros e contábeis, tais como convênios, contratos, cheques, balancetes, requisições, etc. Em muitas unidades, o Professor Coordenador dirigia a cooperativa praticamente sozinho, pois os alunos dirigentes ficavam mais envolvidos com seus afazeres de aluno, tornando-se meros assinadores de documentos. Em análise, chegava-se a perceber que bons alunos de sala de aula eram maus dirigentes da cooperativa quando estavam investidos em funções desta. Conforme o volume de recursos que a cooperativa movimentava, o Professor Coordenador gosava de grande prestígio dentro da escola, dado ao seu poder de decisão quanto a utilização dos recursos sob sua gestão. Dessa forma funcionou por volta das décadas de 70 (setenta) a início deste novo século a proposição da Educação cooperativista dentro dessas instituições federais de Ensino agropecuário que tinham adotado o modelo de ensino Escola-Fazenda. Este modelo tinha como filosofia o lema “aprender a fazer e fazer para aprender”. Como define Koller:

O modelo escola-fazenda foi implantado no Brasil na década de 1960, primeiramente no Estado São Paulo, no Colégio Técnico Agrícola Presidente Prudente. Nesse período, uma missão oficial brasileira composta por dirigentes de colégios agrícolas brasileiros e por técnicos da Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), do Ministério da Agricultura, visitou Porto Rico, América Central, para conhecer a experiência daquele país no ensino agrícola (KOLLER *apud* SÁ, 2007, p. 65).

Este sistema Escola-Fazenda, embora muito criticado, permanece, pelo menos em parte, nos campi dos Institutos federais, constituídos das antigas Escolas Agrotécnicas Federais. As Unidades Educativas de Produção – UEP’s continuam sendo setores de educação e produção dos bens agropecuários. As Cooperativas-Escolas, onde não foram extintas ainda constituem-se em UEP’s que integram o sistema, com a finalidade de escoamento da produção e comercialização dos excedentes

Ao trabalhar o *conceito* e a *filosofia* do Sistema Escola-Fazenda, o MEC reforçava o entendimento de que qualquer forma de desenvolvimento científico, em qualquer campo de conhecimento, está sempre ligada a um processo

econômico de tal modo que o estreitamento das relações homem-meio constituirá a chave do progresso. É colocado, então, como inalienável do ensino de 2º grau, proporcionar ao jovem estudante as condições necessárias de estudo-trabalho a fim de que não se estabeleça defasagem entre os objetivos da escola e os da vida. Nesse sentido, o Sistema Escola-Fazenda era visto como uma estrutura capaz de por em prática os princípios da legislação, na preparação do profissional qualificado para atuar no setor primário da economia, ou seja, “Basicamente, é a Escola-Fazenda o sistema encarregado de desenvolver organismos escolares economicamente auto-suficientes, proporcionar qualificação para o trabalho e condições necessárias à transferência dos conhecimentos a outras áreas afins”. A filosofia do Sistema se firmava em premissas pedagógicas e premissas econômicas, cujo princípio de ação era expresso no lema: “aprender a fazer e fazer para aprender com consciência de que faz” (SOARES, 2003, p.141).

Sobre o Sistema Escola-Fazenda, voltaremos a falar mais detalhadamente adiante quando analisarmos o processo histórico da educação profissional e tecnológica. O que devemos ter em mente é que as Cooperativas-Escola, constituídas no ensino técnico profissional agropecuário, faziam parte da orientação do sistema Escola-Fazenda adotado na época.

2.6 A EAFSL, hoje IFMA Campus São Luís - Maracanã

Faremos um pequeno estudo do processo histórico do que foi antes a instituição que deu origem ao que é hoje o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus São Luís – Maracanã, o nosso campo de pesquisa, escolhido para investigação da Cooperativa-Escola, como já descrevemos anteriormente.

A Escola Agro-Técnica do Maranhão, que se transformou em Colégio Agrícola do Maranhão, que depois passou a ser Escola Agrotécnica Federal de São Luís e hoje é IFMA – Campus São Luís – Maracanã, tem seu processo histórico inserido na História da Educação Profissional e Tecnológica do país. No entanto, a nossa citada instituição não é a pioneira na oferta do Ensino agrícola no Estado. Segundo SÁ, desde o início do século passado, dispomos da educação agropecuária:

No Maranhão, na administração provincial de Francisco de Assis Lopes Júnior (1910 a 1912), foi instalado no município de Guimarães um aprendizado agrícola já sob a 52 normatização do Decreto nº 8.319/10. Chamava-se Aprendizado Agrícola Cristino Cruz. Em 1914, o empreendimento foi desativado na presidência de Otávio Augusto Coelho de Souza (1913 a 1915) por não ter logrado êxito em seus propósitos, ficando suas instalações sobre a ação do tempo. O governador Herculano Nino Parga em 1916, ordenou a

transferência do que sobrou do Aprendizado Agrícola para a ilha de São Luís (VAZ *apud* SÁ, 2007, p. 71).

Como observamos na citação anterior, a nossa primeira experiência de oferta de ensino foi frustrada, isto é, não prosperou e, portanto, não tem nenhuma ligação com a proposição posterior, também estatal.

A Escola Agro-Técnica Federal do Maranhão foi criada por meio do Decreto nº 22.470, de 20 de outubro de 1947, prevista para funcionar em São Luís, capital do Estado, durante o governo de Sebastião Archer da Silva (1947 a 1950). O decreto foi assinado pelo presidente da república Marechal Eurico Gaspar Dutra e o Ministro da Educação Clemente Mariani Bittencourt. A destinação de uma escola desse tipo para o Maranhão ocorreu quando o maranhense Newton Belleza, à frente da Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV) do Ministério da Agricultura. Observa-se que, desde sua criação e desenvolvimento, a escola esteve imersa numa teia de relações pessoais, marcando fortemente sua cultura institucional Sá (2009). Quanto ao decreto de criação da nova instituição do ensino agropecuário no estado, Decreto nº 22.470/47, destaca-se, dentre outras normatizações, o que o mesmo descreveu, nos seus artigos:

Art. 1º Os estabelecimentos de ensino agrícola em seus diferentes graus obedecerão as disposições da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, aprovada pelo Decreto-lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946. Art. 2º Tais estabelecimentos poderão ser federais, estaduais, municipais e particulares e serão custeados por verbas próprias ou mediante acordos. No último caso, o Governo Federal contribuirá com a importância correspondente a dois terços da verba necessária. [...]

Art. 4º Mediante acordo com os respectivos governos e nas condições do artigo 2º, serão instaladas Escolas Agro-Técnicas nos Estados do Amazonas, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Distrito Federal (SÁ, 2009, p. 59).

Funcionamento mesmo com oferta do ensino agropecuário, a então Escola Agrotécnica do Maranhão só veio a oferecer seus cursos por volta de 1953. Após alguns ajustes econômicos de assunção das despesas entre Estado e Governo federal.

A Escola Agrotécnica Federal do Maranhão foi criada oficialmente em 1947, mas somente em 10 de março de 1953, foi celebrado um acordo entre a União e o Estado do Maranhão para instalação da sede da escola, no governo de Eugênio Barros (1951 a 1954 e do presidente Getúlio Vargas, cujo Ministro da Educação era Ernesto Simões da Silva Freitas Filho. A notícia sobre o acordo afirma a necessidade deste “ceder uma área mínima de 200 hectares de terras férteis e boas aguadas, servida de meios fáceis de comunicação, para sede da

referida escola, que funcionará no regime de internato (A PACOTILHA, 1953 *apud* SÁ, 2009, p. 60).

Ao longo de todos esses anos, pós esse período de ajuste inicial, a nossa escola consolidou-se como integrante da rede federal de ensino agropecuário no Estado do Maranhão, com oferta do “ensino técnico em agropecuário” e também “ensino técnico em, economia doméstica”. Essa rede era coordenada pela SEAV, que foi criada pelo Decreto-Lei nº 2.832, de 4 de novembro de 1940. Para o ensino agrícola de grau elementar e médio foi institucionalizada a “Lei Orgânica do Ensino Agrícola”, Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946 (COAGRI 1984, p. 5). Dentre outras inovações, essa Lei fazia a classificação dos estabelecimentos de ensino de ensino agrícola em: escolas de iniciação agrícola que ministravam as primeiras e segundas série do primeiro ciclo, concedendo o certificado de “operário agrícola” aos concludentes; escolas que ministravam até as quartas séries do primeiro ciclo forneciam o certificado de “mestre agrícola”; escolas Agrotécnicas com oferta das quatro primeiras séries do primeiro ciclo e as três séries do segundo ciclo, fornecendo ao término o diploma de Técnico em Agricultura, Horticultura, Zootecnia, Práticas Veterinárias, Indústrias Agrícolas, Laticínios e Mecânica Agrícola COAGRI (1984, p.06). Essa mesma Lei inseriu o ensino de “economia rural doméstica”.

Com a promulgação da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que estabelecia as diretrizes e bases para educação nacional, a nossa escola mudou a denominação de Escola Agrotécnica Federal do Maranhão, para Colégio Agrícola do Maranhão passou a conceder o título de Técnico Agrícola a seus concludentes.

No âmbito desse processo histórico da nossa e de outras unidades de Ensino agrícola no nosso país, cumpre ressaltar que a SEAV, que pertencia ao Ministério da Agricultura, foi transferida para o Ministério da Educação e Cultura com a denominação de DEA – Diretoria do Ensino Agrícola, por força do Decreto nº 60.731 de 19 de maio de 1967. Logo depois, através do Decreto nº 66.296 de 9 de março de 1970, foi criado o DEM – Departamento de Ensino Médio, que encampou a direção do Ensino agrícola, industrial, comercial e secundário.

Outro marco significativo ocorrido nesse ínterim, que vale ressaltar, foi a publicação da Lei nº 5.697 de 11 de agosto de 1971, denominada de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa Lei trouxe benefícios para o ensino agrícola, por tornar o ensino de segundo graus profissionalizantes. A figura do Técnico Agrícola, que vinha desde a LDB

anterior foi reforçada, devido ao caráter profissionalizante, que já mantinha nossas escolas naquela época (COAGRI, 1984, P. 7).

Assim, pelo Decreto nº 72.434, de 09 de julho de 1973, foi criada a COAGRI – Coordenação Nacional do Ensino Agrícola, com a finalidade de proporcionar, nos termos deste decreto, assistência técnica e financeira a estabelecimentos especializados em ensino agrícola [...]. Pelo Decreto 76.436, de 14 de outubro de 1975, a COAGRI passou a denominar-se Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI, 1984, p. 9).

2.7 O sistema de ensino “Escola-Fazenda”

Como já discurremos, por volta de 1967, foi implantado no Ensino agrícola do país o sistema de ensino denominado “Escola-Fazenda”. São Paulo foi o Estado pioneiro de utilização do sistema, seguido pelos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Em seguida, por todos os Colégios Técnicos Agrícolas, destinados a manter cursos profissionalizantes de segundo ciclo da rede federal. O nosso então Colégio Agrícola do Maranhão inseria-se nessa demanda.

O “Sistema Escola Fazenda” é, basicamente, um processo educativo que se propõe desenvolver organismos escolares de ensino agrícola economicamente auto-suficientes e que proporcionem condições de trabalho e de aprendizagem em situações de vida prática. [...] Esse Sistema tem como principal característica a conjugação do ensino com a produção. Todas as tarefas, desde a plantação até a comercialização são feitas pelos próprios alunos que assim são preparados para, futuramente, administrar uma propriedade agrícola (MIZOGUCH, 1981, p. 06 e 07).

As bases desse modelo firmavam-se na própria filosofia da Educação e da política governamental vigente, que como sabemos, naquele momento, vivíamos a “ditadura militar”. Os teóricos defensores do Sistema argumentavam que “a Escola-Fazenda vem a ser uma escola dinâmica que educa integralmente, porque familiariza o educando com as atividades semelhantes as que terá de enfrentar na vida real, em sua convivência com os problemas da agropecuária, conscientizando-o, ainda, de suas responsabilidades e possibilidades. Em síntese: é o “aprender a fazer e fazer para aprender” COAGRI (1984, p. 25).

A estruturação e funcionamento do “Sistema Escola-Fazenda” se dava através da composição e integração de quatro áreas distintas de atividades, com vistas a formar o agricultor independente e polivalente. As áreas seriam: a) área de Educação geral e tecnológica – atividades teóricas-práticas de sala de aula; b) área de atividades em laboratório

de prática e produção (LPP) – demonstrações práticas pelos professores e experimentação pelos alunos; c) área de atividades em programas agrícolas orientados (PAO) – conjunto de projetos agropecuários que permitiam um número variado de práticas e a área da Cooperativa Escolar (Coop) – componente chave do ; “Sistema Escola-Fazenda” para permitir o pleno funcionamento do sistema em direção aos seus objetivos. Como sabemos, a Cooperativa-Escola daí advinda é o tema do nosso trabalho.

Podemos afirmar ainda que o “Sistema Escola-Fazenda” foi implantado em nossas escolas profissionalizantes agrícolas, por força do Programa do Conselho Técnico-Administrativo da Aliança para o Progresso – CONTAP II (Convenio MA/USAID para suporte do ensino agrícola de grau médio) (COAGRI, 1984, p. 25).

2.8 A cooperativa-Escola do Campus São Luiz - Maracanã

A Cooperativa-Escola dos Alunos do IFMA Campus São Luís – Maracanã Ltda., nome de fantasia COIFECMA, é o nosso campo de pesquisa. Assim como poucas outras existentes ainda, nos campi, que eram Escolas Agrotécnicas Federais, ela resiste e adequa a realidade do momento, desempenhando o seu papel didático-pedagógico.

Fundada em 28 de agosto de 1974, regularizada sob a autorização do INCRA nº 1387/75 de 25 de janeiro de 1980, com a denominação de Cooperativa Escolar e de Trabalho dos Alunos do Colégio Agrícola do Maranhão Ltda., a antiga COETAGRI, nome de fantasia da nossa e de todas as demais cooperativas das escolas da rede federal, foi constituída por 283 cooperados, e passou a operar dentro dos moldes do Sistema Escola-Fazenda, sendo uma UEP – Unidade Educativa de Produção. Esta UEP, diferente das demais contidas na própria escola, era um escritório para desenvolvimento das ações administrativas da entidade e posto de venda dos excedentes de produção dos projetos agropecuários.

Com a publicação da Resolução nº 23 do CNC – Conselho Nacional de Cooperativismo, de 09 de fevereiro de 1982, a nossa e as demais cooperativas do sistema puderam ter maior autonomia, e tornarem-se pessoas jurídicas de direito privado. Com esta Resolução, mudou também a denominação das cooperativas, que deixaram de ser “escolar e de trabalho” para Cooperativas-Escolas. A nossa passou a denominar-se Cooperativa-Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de São Luís Ltda.

Ainda sob a égide do Sistema Escola-Fazenda, todos os projetos agropecuários eram geridos pela Cooperativa-Escola. Os recursos para financiamento dos projetos

originavam-se do próprio orçamento da União, através da escola e da subscrição das quotas-partes que cada aluno, na condição de cooperado, integralizava, todos os anos constituindo o capital social da cooperativa. Nesse período a cooperativa recebia recursos da União na sua própria conta corrente. Com isso ela geria os projetos agropecuários, que podemos considerá-los mais pedagógicos que de produção. Mesmo assim, os excedentes gerados, eram vendidos e a receita retornava aos projetos.

Na nossa unidade em pesquisa, o que podemos ver e constatar através de informações, é que sempre tivemos produções pouco significativas, diferente de outras unidades que, por vezes, se destacaram em termos de produtividade em alguns projetos, como, por exemplo, a Cooperativa-Escola de Bambuí-MG, na produção de derivados do leite e a Cooperativa-Escola de Rio Verde-GO, hoje extinta, na produção de milho, que tivemos a oportunidade de constatar. Hoje, nenhuma das Cooperativas-Escolas operam dessa mesma forma. Os projetos agropecuários encontram-se hoje sob gestão dos campi, das que ainda funcionam suas Cooperativas-Escolas, que se transformaram em meras prestadoras de serviços para a escola.

Com as reformulações e mudanças estatutárias, a hoje COIFECMA tem o seu quadro social composto por 84 (oitenta e quatro) cooperados e desenvolve suas ações empresariais de prestadora de serviços ao Campus, com a venda do excedente da produção agropecuária das UEP's, que conforme convênio celebrado, recebe um percentual de 10% (dez por cento) pelo total da receita auferida com estas (vendas). Os principais produtos negociados são ovos, leite, carnes de frango e suína, mel, verduras, etc.

O ensino do Cooperativismo se ocorre no espoco da disciplina Gestão I, ou seja: a parte teórica. A parte prática, mais vivenciada, por alunos cooperados que pertencem a diretoria se dá no prédio sede da Cooperativa-Escola, que assim como suas coirmãs funciona dentro do Campus, sob a forma de comodato, já que esta é uma pessoa jurídica de direito privado, como previa o sistema Escola-Fazenda que lhe deu origem:

Área da Cooperativa Escolar (Coop) – é o componente chave da Escola-Fazenda, que irá permitir o pleno funcionamento do sistema em direção a seus objetivos. É constituída legalmente, tendo por sede a própria Escola. A Cooperativa Escolar é estruturada de acordo com a legislação específica, de modo a levar o aluno através do seu funcionamento a trabalhar sob o sistema de Cooperativa de Trabalho, de Consumo e de Produção em Comum, em Programas Agropecuários (MIZOGUCHI, 1981, p. 09).

Os alunos cooperados, que mais atuam nas atividades da nossa Cooperativa-Escola, são aqueles que têm o perfil de membros de uma sociedade cooperativa que poderia dar certo, dada a sua dedicação e envolvimento com o ideal cooperativista e os serviços que demandam o dia a dia da administração da cooperativa. Como sabemos, nenhuma sociedade como esta prosperará se não houver o afinco e determinação da grande maioria dos seus membros. Esta é uma das lições que nos traz o ideal cooperativista, baseado no primeiro momento, nos valores pessoais de cada um dos seus integrantes.

O compromisso, a obstinação, o interesse, a ética, e a solidariedade são valores indispensáveis para formulação de uma sociedade cooperativa. Conforme descreveu o atual chefe da Seção Cooperativa-Escola, que hoje substitui o antigo Coordenador ou Professor Orientador, em sua entrevista, perguntamos “Como anda a nossa Cooperativa-Escola hoje?” Ele respondeu:

A Cooperativa-Escola, conosco, está mais organizada. Ela vem se estruturando para futuramente encontrar seu caminho, sua vocação. Quanto assumi a coordenação em 2007, o quadro social da cooperativa era composto por 36 cooperados. Com algumas ações atingimos um total de 102 cooperados. Dos 102, 14 frequentam periodicamente a cooperativa e estão envolvidos nos seus afazeres operacionais e administrativos, justifica-se por serem conselheiros e diretores. Financeiramente a cooperativa não tem débitos ativos, suas contas e demais encargos são pagos com as receitas obtidas. Contabilmente, ela tem declarado seus ativos e passivos periodicamente, com prestação de contas em seu balanço anual. Temos contratado, um contador para registro contábil das nossas contas em tempo hábil. Estamos regularizados com a OCE/MA. As auditorias interna e externa anuais tem julgado nossas contas regulares com pequenas ressalvas. (GESTOR COIFECMA).

Indagado ainda, sobre as perspectivas futuras da unidade cooperativa para o futuro sob sua orientação, disse que

O convênio celebrado com o Campus São Luiz – Maracanã, para prestação de serviços, tem sido aditivado anualmente. Mantemos vigente o contrato celebrado com o Programa Parceiros Vitae da Fundação de Apoio a Tecnologia, realizado para “modernização da cadeia produtiva de carnes”. Este convênio, trouxe alguns benefícios para o posto de venda da cooperativa, com a reforma das suas instalações e aquisição de equipamentos modernos para transporte, acomodação e armazenagem de carnes e derivados. Para o futuro, juntamente com a nova diretoria que irá se eleger na próxima Assembléia Geral, a realizar-se em maio próximo, pretendemos ampliar o quadro social da cooperativa, rever o valor das quotas-partes que hoje são de R\$ 3,00 (três reais), melhorar as receitas da cooperativa: com a inserção de projetos produtivos, melhoria dos serviços prestados a comunidade, celebração de novos convênios e contratos (GESTOR COIFECMA).

Como vimos, não houve por parte do gestor a preocupação pedagógica dentro das previsões PA a cooperativa, o que é justificável pois o hoje Chefe da Seção Cooperativa-Escola atual não é um docente. No entanto, de forma até certo ponto compensatória, foi criado na instituição um grupo de trabalho com os professores de Gestão, para adequação da cooperativa-Escola a nova realidade da educação profissional e tecnológica, como prevê a Lei nº 11.892/08.

Muito se fala da descaracterização das sociedades cooperativas atuais que em muito se têm afastado dos princípios e valores que lhe deram bases, contagiadas pelo modelo capitalista vigente da competição e do lucro; no entanto, os ensinamentos a serem ministrados aos educando pela nossa Cooperativa-Escola, têm de pautar-se na Ética e na Cooperação. Muito embora saibamos que essas cooperativas são sociedades econômicas, e, como tais, terão de ir ao mercado, e municiar-se de suas estratégias para poder sobreviver. São lições para a nossa e toda e qualquer sociedade cooperativa.

3 METODOLOGIA

Realizamos uma pesquisa de campo, do tipo Estudo de Caso, para identificar como se encontra esta unidade cooperativa em estudo, no que se refere a sua gestão dentro da antiga Escola Agrotécnica Federal, hoje campus do IFMA, como prestadora de serviços e formadora de cidadãos aptos a utilizar os princípios cooperativistas como forma de melhoria da qualidade de vida, através da agregação econômica social em suas comunidades.

O Estudo de Caso tem por objetivo a obtenção de conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada (TRIVIÑOS apud FARIA, 2008, p.37). Já em uma visão mais pragmática, temos outra definição, de que

O Estudo de Caso permite uma investigação para apreender as características significantes e holísticas de eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças de vizinhanças, relações internacionais e a maturação de setores (FARIA, 2008, p. 38).

Procuramos investigar o grau de desenvolvimento do Cooperativismo em nosso Estado e o nível de contribuição que o ensino do cooperativismo/associativismo, ministrado pelo Campus São Luís – Maracanã tem contribuído para este fim, como incubadora e formadora de multiplicadores do ideal cooperativista em nossa região.

A metodologia que consideramos mais adequada para tal fim foi a “qualitativa de pesquisa”. Para Martins (2004) a pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, caracterizada pela heterodoxia no momento da análise.

Em outro momento, a autora nos relata outra citação dialética, que diz “que metodologia é entendida como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, integrando e questionando acerca de seus limites e possibilidades (DEMO *apud* MARTINS, 2004). Concordamos ainda com outra afirmação da citada autora: “[...] de que os cientistas sociais tendem freqüentemente a tomar como objeto de investigação grupos sociais com os quais tem alguma identificação política.” Os riscos de tal afirmação talvez não sirvam para o nosso caso, por não se tratar de militância política ideológica, mas de uma união econômico-solidária, distanciada, até certo ponto, do poder institucional.

As realizações de entrevistas nos campos de estudos consideraram como essencial para fundamentação do nosso e de outros projetos de pesquisa. Discordamos da afirmativa de um dos autores consultados, quando de sua afirmativa de que “[...] crença segundo as quais a entrevista, é um procedimento de coleta de informações pouco confiável e excessivamente subjetivo, pelo qual optam pesquisadores com pouca bagagem teórica que dela fazem uso de forma bem menos rigorosa do que seria a desejável” (DUARTE, 2004).

Uma pesquisa cuidadosamente elaborada, aplicada a uma clientela previamente escolhida, não é possível de nos trazer um material investigativo de qualidade? A partir daí se efetive um trabalho de teor confiável? Este e outros questionamentos foram respondidos, em grande parte, através dos questionários aplicados, pesquisas documentais e entrevistas realizada no nosso campo pesquisado.

A entrevista é o método de coleta de informações mais utilizado nas pesquisas sociais. Ela pode ser empregada como técnica principal de um estudo ou combinada com outras técnicas. Está também presente nos métodos história oral, história da vida e observação. A entrevista pode ser realizada por contato face a face, telefone ou questionário enviado pelo correio. É planejada e programada, embora também existam entrevistas que resultem de encontros casuais (ALENCAR, 2000, p. 80).

Às entrevistas somamos a coleta de informações a documentos escritos, que constituem o acervo documental do ensino agrópecuário, desde a sua formatação até os dias atuais. O que dá o caráter qualitativo não é necessariamente o recurso de que se fez uso, mas o referencial teórico/metodológico eleito para construção do objeto de pesquisa e para análise do material coletado no trabalho de campo (DUARTE, 2004).

Tudo isto, sem agregarmos ainda o questionário aplicado a nosso público alvo que foram os egressos do período de 2005 a 2010, dos cursos integrado e subsequente de Agropecuária e Agroindústria, o qual foi um dos pontos básicos da nossa pesquisa. De todo o material coletado, procuramos fazer a melhor análise possível, com vistas à elaboração de um trabalho consistente nos padrões da aceitabilidade.

Aplicamos o questionário junto a 80 (oitenta) egressos, como de 2005 a 2010. Para tanto, contamos com o apoio do Sindicato dos Técnicos agrícolas do Maranhão (SINTAG-MA), que funciona em uma sala cedida aqui no campus, sede do nosso estudo. A aplicação dos questionários se deu a partir de julho de 2010 até dezembro do mesmo ano, antes das férias escolares. Os questionários foram elaborados com vistas a mensurar-se o grau

de envolvimento dos ex-alunos em estudo, com a Cooperativa-Escola, a sua aprendizagem sobre o cooperativismo e a importância de tudo isso para sua vida.

No segundo momento, realizamos a entrevista com os servidores, como veremos à frente. Fizemos a entrevista junto a um universo de 20 (vinte) servidores, nos padrões que também serão descritos à frente.

De forma diferenciada, fizemos entrevista com o Diretor Geral, com o chefe da seção de Cooperativismo, que hoje substitui o professor orientador, com outros gestores, dados os seus poderes de influência e decisão nos destinos dos órgãos em estudo. Tudo foi feito com vistas a satisfazer os nossos objetivos traçados inicialmente, como veremos na análise dos resultados obtidos, na sequência do nosso trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Análise e apuração dos resultados da pesquisa realizada aos egressos

O primeiro questionamento foi: “Você ex-aluno da ex-agrotécnica, hoje Campus São Luís - Maracanã, foi sócio da Cooperativa-Escola? Com esta indagação, desejávamos obter um perfil do entrevistado, sobre o seu conhecimento do cooperativismo. O resultado foi que 22,50% responderam “sim” e 77,50% responderam “não”, como demonstra o gráfico 1.

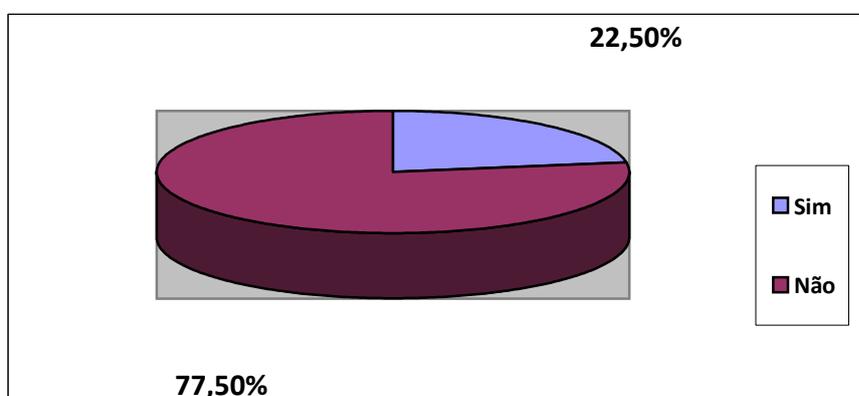


Gráfico 01 – Quantitativo de cooperado/associado à Cooperativa-Escola

O que pudemos deduzir do indagado é que neste período um quantitativo pequeno de alunos associaram-se à Cooperativa-Escola. As causas mais prováveis seriam a pouca divulgação da entidade junto aos novos alunos, a não oferta da disciplina Cooperativismo para os principiantes, dentre outras. Hoje o ensino do Cooperativismo constitui um dos assuntos ministrados na disciplina Gestão Agropecuária ou Agroindustrial. Anteriormente o aluno ao ingressar na nossa e nas outras ex-Escolas Agrotécnicas Federais, automaticamente já era associado à Cooperatva-Escola, como será abordado em outro capítulo.

No segundo momento perguntou-se se os que haviam participado da Cooperativa-Escola haviam integrado a diretoria. O resultado foi que 7,50% dos cooperados haviam participado da diretoria da mesma, sendo que 92,50% só foram associados (gráfico 2).

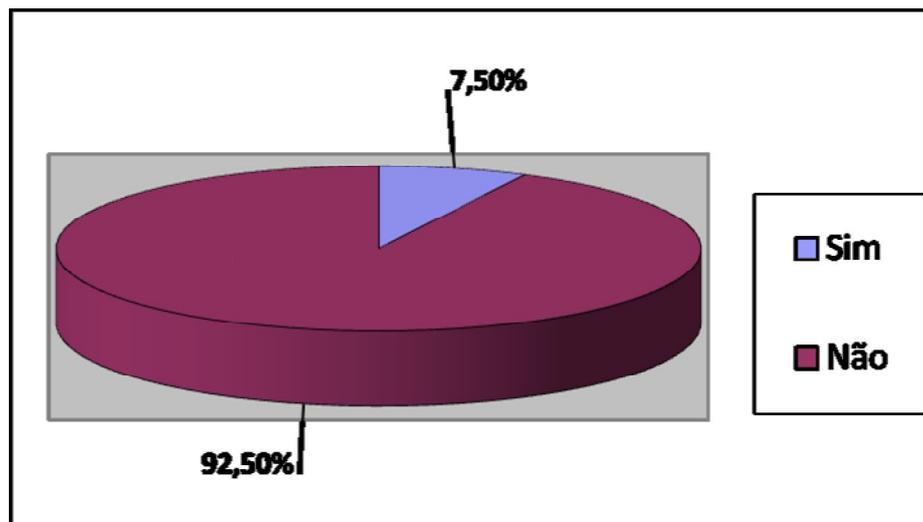


Gráfico 02 – Participação dos cooperados na diretoria da Cooperativa-Escola

Nesse questionamento, a pergunta simples e objetiva nos traz também uma resposta bem clara. A constituição da diretoria de uma sociedade cooperativa é pequena. Os quantitativos apresentados se mostram dentro da expectativa no que tange à formação de um Conselho de Administração com suas diferentes seções e o Conselho Fiscal.

Na terceira questão, indagou-se sobre o estudo e conhecimento do Cooperativismo, se isso se ocorreu na nossa escola, em outra escola que possivelmente ele tenha estudado, ou se o ex-aluno não teve conhecimento do que é realmente o movimento cooperativista que ora se discute. O resultado foi que 66,25% estudaram na nossa escola, 28,75% não estudaram Cooperativismo em nenhuma escola e 5,00% estudaram em outra escola, como expressa o gráfico 3.

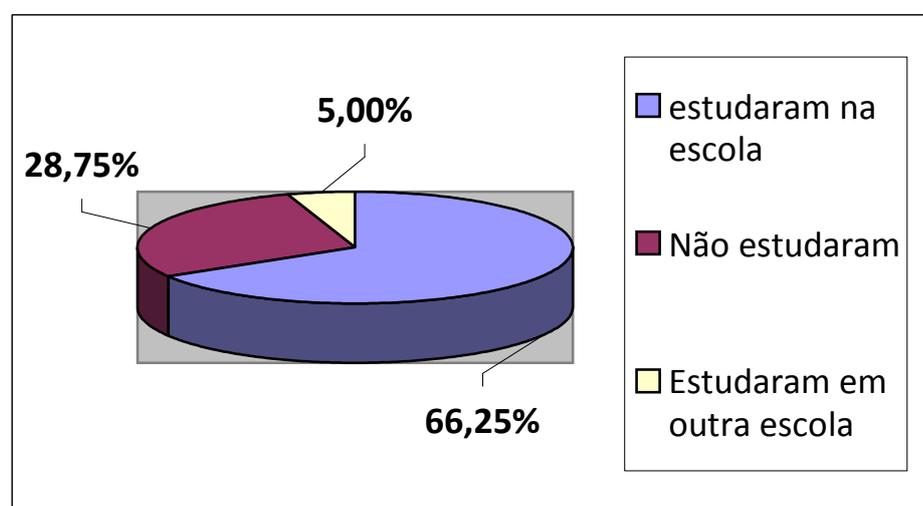


Gráfico 03 – Onde se deu o estudo e conhecimento do cooperativismo

O resultado desta enquete nos traz, mais ou menos, o que se previa. A grande maioria dos participantes teve o primeiro contato com o ideal cooperativista na nossa escola. Isto se pode explicar devido ao modelo educacional adotado, que, como já enfatizado, é o Sistema Escola-Fazenda. Esse Sistema que insere o Cooperativismo no currículo de formação do Técnico Agrícola era utilizado nas Escolas Agrotécnicas Federais e Colégios Agrícolas de São Paulo e Paraná. Importa ressaltar que um percentual considerável dos entrevistados (28,75%) não estudou Cooperativismo, nem mesmo na nossa escola. Isto mostra que embora a escola tenha mantido a Cooperativa-Escola em sua estrutura de pessoa física de direito privado não procedeu da mesma forma pedagógicamente nos últimos 5 (cinco) anos.

A questão seguinte indagava sobre o conhecimento da doutrina cooperativista e participação em outras cooperativas do Estado. Obtivemos um percentual de 10,00% de partícipes em cooperativas do estado e os 90,00% restantes ainda não tinha participado de sociedades cooperativas (gráfico 4).

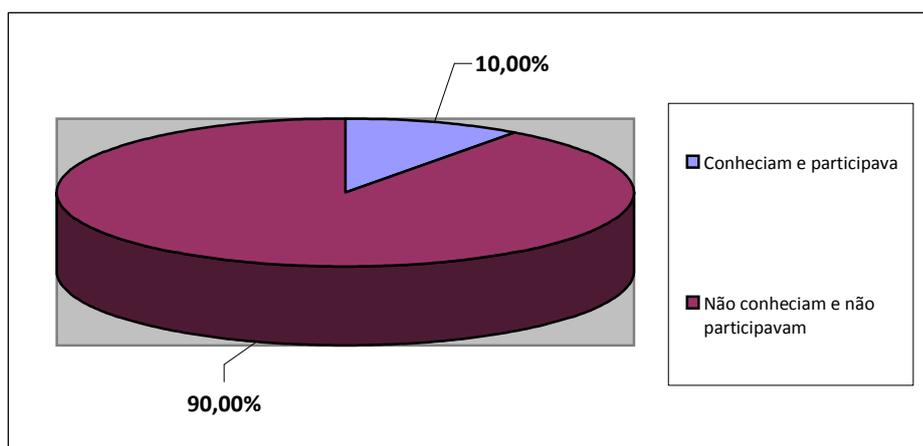


Gráfico 04 – Participação em outras cooperativas no nosso estado

Ao indagarmos sobre a participação dos nossos entrevistados em cooperativas no nosso Estado, o resultado foi diminuto. Só um percentual de 10,00% participaram e/ou participam de cooperativas no nosso Estado. Isto nos mostra o quanto o Cooperativismo no nosso Estado do Maranhão ainda engatinha, ou seja: não se desenvolveu ainda, como voltaremos a tratar adiante. Embora em todo o país ainda seja pequena o número de cooperativas e de cooperados, em comparação com outros países como os europeus, o nosso Estado tem um desempenho menor ainda.

Nos Estados Unidos, apesar das iniciativas de cooperação terem partido sempre de imigrantes europeus [...] 98% das propriedades rurais daquele país são atendidas por eficientes cooperativas de eletrificação. No global 22% da população estadunidense é cooperativada. Na França 25% da população é cooperativada, na Argentina 20% e

na Índia 10%. No Brasil, as primeiras experiências começaram no século passado, [...] mais sempre foi insignificante a participação percentual da população, mesmo porque a iniciativa jamais foi efetivamente apoiada (RECH, 2000, p. 16).

A quinta questão indagava sobre o cumprimento do papel da nossa Cooperativa-Escola no ensino do cooperativismo, na teoria e prática. A resposta obtida foi que 27,50% consideram “sim”, a Cooperativa-Escola cumpre bem o seu papel; 32,50% acreditam que isso acontece em parte e 40,00% não consideram que a Cooperativa-Escola cumpra bem o seu papel (Gráfico 5).

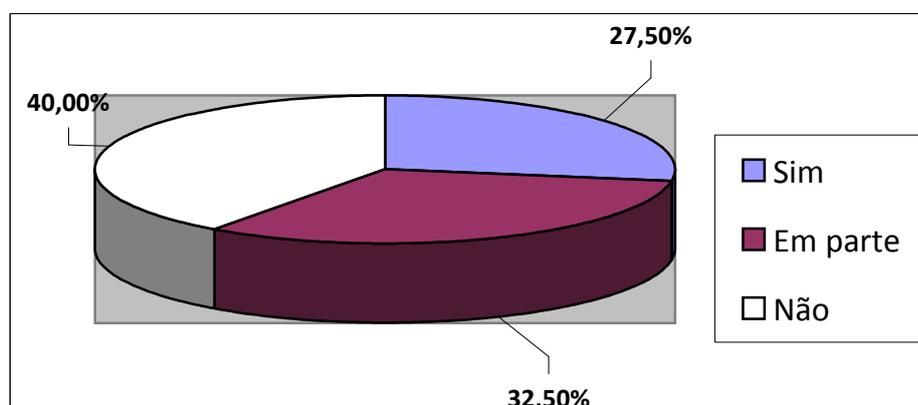


Gráfico 05 – Cumprimento do papel administrativo-pedagógico da Cooperativa-Escola

Esse item consultado nos traz um dos principais pontos que objetivaram o nosso trabalho de pesquisa. O seu resultado nos dá um perfil do que foi para os egressos consultados a Cooperativa-Escola com quem, de uma forma ou de outra, eles interagiram no decorrer do seu período letivo na escola. Se levarmos em conta que aqueles que consideraram esta cumprir bem o seu papel administrativo-didático-pedagógico, “em parte” validada, ou seja, um “sim” com devidas restrições, poderemos considerar como aprovada dentro do contexto político-educacional promovido pelo nosso Campus. Isto nos leva a crer que, com algumas ressalvas, a nossa Cooperativa-Escola poderá ser mantida na instituição, promovendo o conhecimento do Cooperativismo, como forma de desenvolvimento econômico-social das sociedades humanas e formação cidadã do homem, principalmente aqueles mais desprovidos de toda sorte, dos bens sociais.

A sétima questão quis saber se, na visão dos nossos entrevistados, o Cooperativismo seria uma possível saída para melhoria de vida do pequeno produtor rural. Os resultados obtidos são de 96,25% favoráveis como opção de melhoria de vida do pequeno produtor rural; 2,50% não têm esta mesma visão e 1,25% acredita nessa possível melhoria em parte (Gráfico 6).

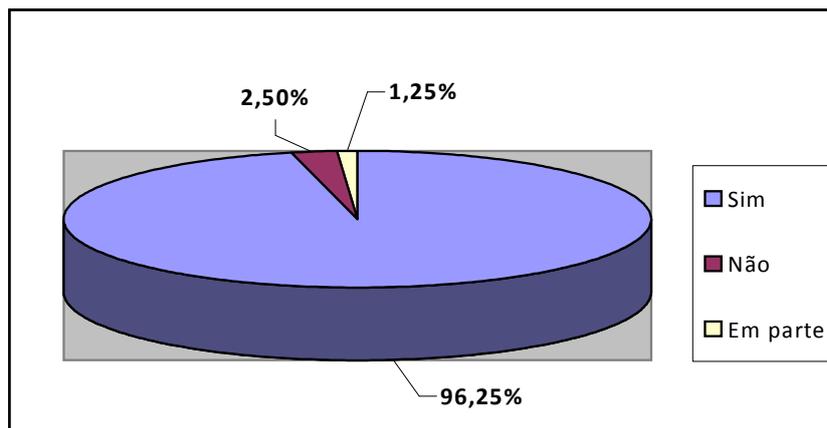


Gráfico 06 – O cooperativismo como forma de melhoria de vida do pequeno produtor rural

Este ponto indagado nos mostrou que, embora alguns dos entrevistados não tivessem nenhum conhecimento do Cooperativismo como modelo de agregação econômico-social, eles acreditam na possibilidade do nosso pequeno produtor rural obter melhoria da sua qualidade de vida e de seus familiares criando novas cooperativas ou participando destas, na agregação das suas atividades econômico-sociais.

Isto nos expressa que, se trabalhamos na formação de técnicos para atuação na atividades primárias, ou seja: com o pequeno produtor rural, devemos, sim, ensiná-lhes o Cooperativismo e estimulá-los a participar ou criar novas sociedades baseadas nos ideais cooperação em antagonismo a competição promovido pelo capitalismo reinante.

A penúltima questão indagou sobre a possível criação de novas cooperativas por pequenos produtores rurais, moto-Taxistas, taxistas, catadores de lixo, etc. trariam melhoria econômica para cada um destes. A grande maioria, 85,00% consideram afirmativamente, como uma possível solução para estes; 5,00% avaliaram que não e 10,00% consideraram que em parte seria a solução (gráfico 7).

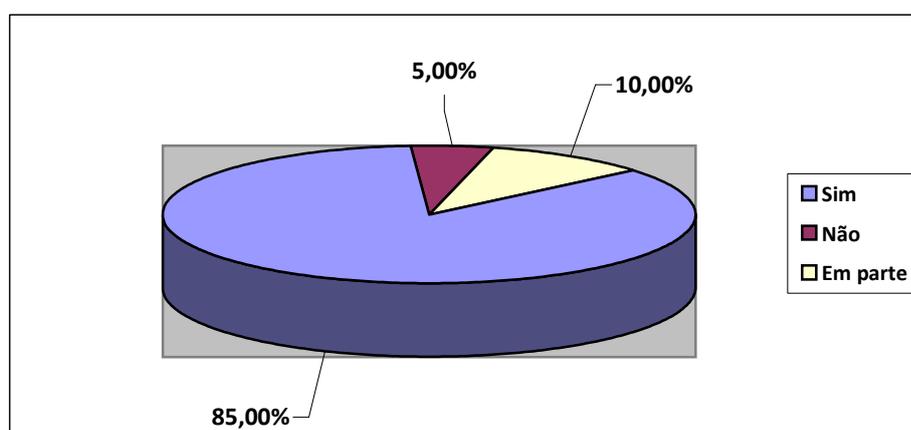


Gráfico 07 – A criação de novas cooperativas para alguns seguimentos menos favorecidos

Esse resultado do questionado nos aponta que o universo pesquisado confia no Cooperativismo como uma possível solução para os seguimentos sociais menos favorecidos, isto é, a união de forças pode trazer maiores benefícios para todos que individualmente seria mais difícil.

No ultimo questionamento, perguntou-se se a Cooperativa-Escola foi importante na sua formação de Técnico Agrícola. Os resultados foram a afirmativa que “sim” de 37,50% dos entrevistados; 46,25% lhe desaprovaram a importância da Cooperativa-Escola em sua formação; 15,00% firmaram “em parte” e 1,25% dos pesquisados não responderam (gráfico 8).

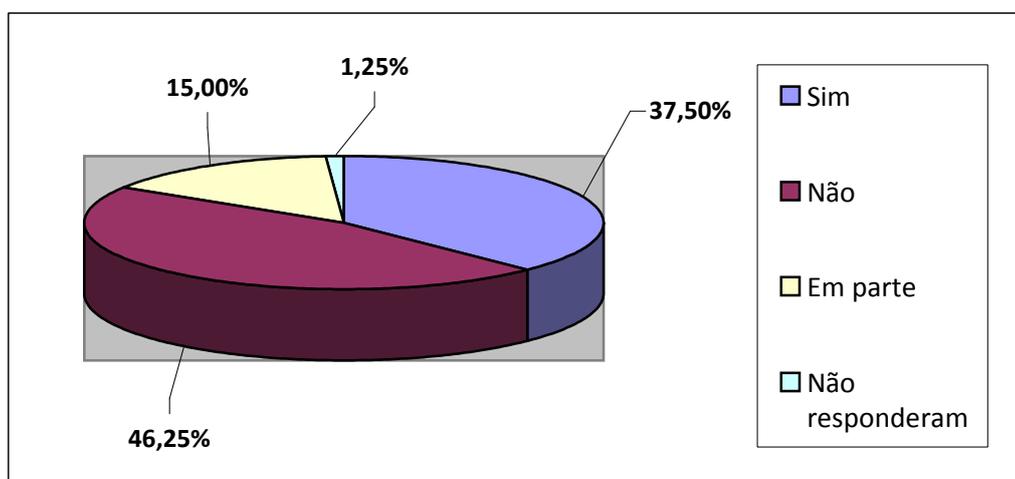


Gráfico 08 – A importância da Cooperativa-Escola na formação do Técnico Agrícola

Se levarmos em consideração que aqueles que responderam “em parte” validaram a importância da Cooperativa-Escola em sua formação de Técnico Agrícola, podemos considerar como aprovada, por um resultado até certo ponto, apertado, a sua permanência na formação desses profissionais.

4.1.1 Análise dos resultados obtidos da pesquisa aos egressos

O que pudemos inferir do trabalho é que a Cooperativa-Escola tem hoje um pequeno número de associados. E que isto já vem ocorrendo de certo tempo para cá. A pouca divulgação ao alunado logo no seu primeiro ano deve ser um dos motivos. Anteriormente, com a disciplina Cooperativismo no primeiro ano havia maior divulgação e conseqüentemente maior número de cooperados. Hoje, o procedimento é outro: Cooperativismo faz parte da disciplina Gestão Agropecuária, dividida em duas partes, ministrada, geralmente, no último ano letivo do aluno tanto dos cursos subseqüentes como integrado. Que a grande maioria dos

entrevistados teve conhecimento do movimento cooperativista no mundo, na nossa escola e muito poucos participam de cooperativas no nosso Estado. A tabela abaixo nos mostra que está havendo uma pequena melhora no quadro associativo, embora ainda muito tímida se levarmos em consideração que o número de alunos tem aumentado nos últimos anos com a oferta de novos cursos, como já falamos.

Tabela 2 – Contingente de cooperados de 2005 a 2010

Ano	Número de cooperados	Varição (+ ou -)
2005	28 (vinte e oito)	0,00%
2006	31 (trinta e um)	10,71% (+)
2007	22 (vinte e dois)	29,03% (-)
2008	24 (vinte e quatro)	9,09% (+)
2009	37 (trinta e sete)	54,16% (+)
2010	84 (oitenta e quatro)	127,00% (+)

Pudemos ver que o Cooperativismo no nosso Estado está muito aquém do desejado. Ficou evidente que nossa Cooperativa-Escola tem um papel importante na formação do Técnico Agrícola e que pode ser uma das auxiliares na difusão do “ideal cooperativista” no nosso estado juntamente com outros órgãos que também fomentam esta causa, como iniciativa capaz de trazer benefícios econômico-sociais aos seus empreendedores cooperados.

Nos últimos dois anos, o Ministério da Agricultura empregou cerca de R\$ 5,6 milhões em ações de fomento ao cooperativismo. O foco do governo é incentivar a capacitação técnica, a inserção do setor no mercado internacional e a integração entre cooperativas. O mercado está globalizado, existe um aumento do consumo mundial de alimentos e as cooperativas são responsáveis por 40% da produção agropecuária do Brasil - afirma o diretor do departamento de Cooperativismo e Associativismo do Ministério da Agricultura, Daniel Amin (OCB, 2011, p. 02).

Sem dúvida que se fazem necessários alguns ajustes e melhorias didático-pedagógicas na nossa Cooperativa-Escola, para que ela possa cumprir melhor seu papel, não só de prestadora de serviços para a escola, como no favorecimento de alguns benefícios aos seus cooperados, sendo que esta é um laboratório modelo para a formação de novas cooperativas.

O fato de mantermos a cooperativa-escola em funcionamento é um aspecto positivo, todavia sua ação ainda é tímida, ou seja, precisa fazer uma campanha

para conseguir mais sócios e aumentar o número de serviços ofertados. Além disso, falta, por parte dos professores, a compreensão de que a cooperativa-escola é um importante laboratório para o experimento de algumas práticas, é um espaço aberto pro estudo. (GESTOR 1)

O desencadeamento de ações proativas visando o restabelecimento das funções para a qual foi constituída, independentemente da visão tecnicista do sistema que a concebeu (Escola Fazenda) a nossa Cooperativa-Escola pode inovar, até mesmo dentro das Políticas públicas que se anunciam de inclusão social e erradicação da pobreza, atualmente.

[...] Faleiros defende o fortalecimento do cooperativismo como uma porta de saída do programa de transferência de renda. “É preciso reinventar o serviço e profissionalizar a gestão da oferta.” De acordo com o especialista, o país vive em busca de um novo paradigma mais ninguém tem coragem de defendê-lo. Seria algo entre o assistencialismo e o mercado do lucro. Com o cooperativismo as pessoas receberiam qualificações e oportunidades não dadas pelo mercado, segundo ele. “As pessoas teriam emprego, mais sem a lógica brutal do mercado, por meio da ajuda mútua” [...] (OCB, 2011, p. 01).

Em um Estado como o nosso, que ocupa os piores índices de mensuração da qualidade de vida no país, o incentivo ao Cooperativismo talvez possa tornar-se uma saída para mudança desse quadro. A Cooperativa-Escola pode, sim, auxiliar, juntamente com outras organizações que fomentam a criação de sociedades de cunho econômico-solidário, como é o caso da SESCOOP, na consolidação dessa nova política de inclusão social, diferente das outras só assistencialistas.

4.2 Realização dos trabalhos da pesquisa aos servidores e gestores

No desenvolvimento de nossas ações, procuramos verificar o ponto de vista dos servidores de um modo geral, evitando assim a segregação entre administrativos e docentes, que, dentro da instituição, por vezes, se torna conflituosa e desgastante. Entendemos como todos sendo “educadores”, ou seja: pessoas que têm sua atividade laboral dedicada à Educação, independentemente de se elas desenvolvem atividade meio ou fim. Colhemos em separado a opinião de alguns dos atuais gestores, devido a seu envolvimento com as decisões do dia a dia da instituição, que analisaremos no final dos trabalhos.

A primeira pergunta da entrevista foi: “Como você vê a Cooperativa-Escola hoje, no atual cenário da Educação Profissional e Tecnológica?” As respostas foram: a não aprovação atual da Cooperativa-Escola por vários motivos, dentre eles, o de termos uma pequena participação dos alunos, no âmbito geral, na Cooperativa-Escola hoje, na visão de

35% dos entrevistados. Já para 65% dos entrevistados, a Cooperativa-Escola é vista de forma positiva, no atual momento da educação profissional e tecnológica, desenvolvendo bem o seu papel, como pessoa jurídica de direito privado, co-participe das ações cotidianas da instituição (Gráfico 9).

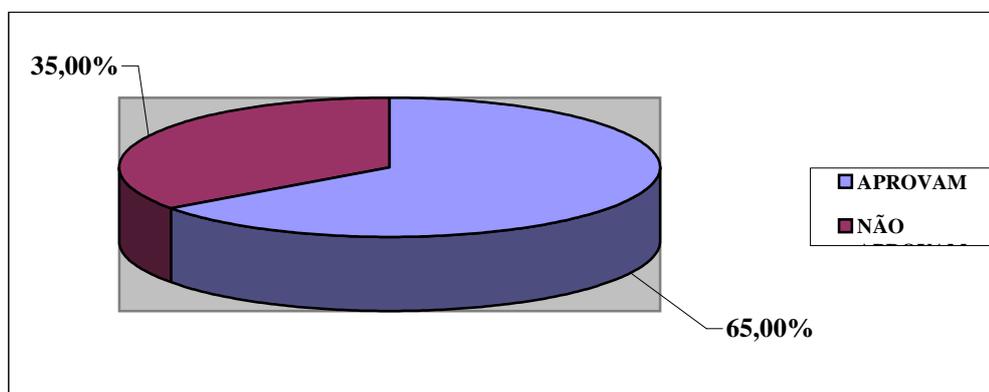


Gráfico 09 – A aprovação da Cooperativa-Escola no atual cenário da Educação Profissional e Tecnológica

A segunda pergunta foi: “Você considera nossa Cooperativa-Escola útil como prestadora de serviços para administração do campus?” Os resultados foram que 10% dos entrevistados não aprovaram o desempenho da Cooperativa-Escola como prestadora de serviços à escola. Não soube responder ao questionamento 5% dos entrevistados e 85% dos entrevistados consideraram útil a prestação de serviços da Cooperativa-Escola ao Campus (gráfico 10).

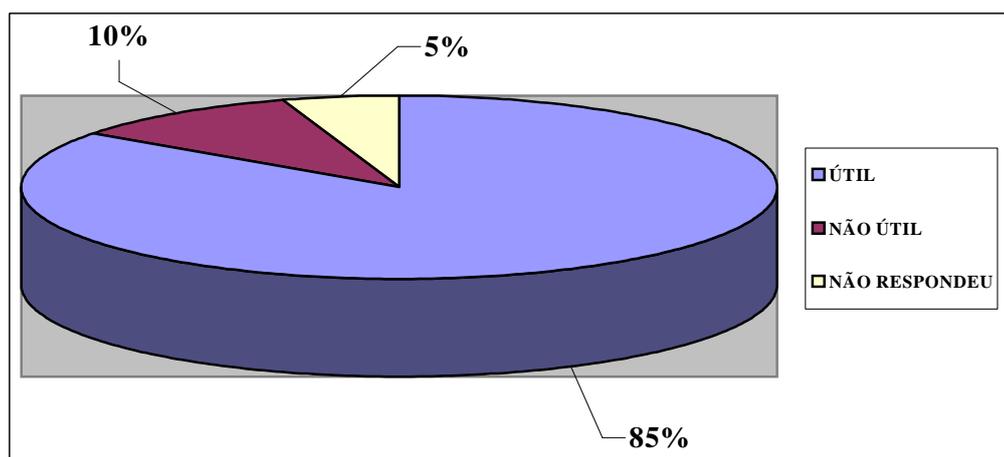


Gráfico 10 – Desempenho da Cooperativa-Escola como prestadora de serviços ao Campus

A terceira pergunta feita foi: “Você considera nossa Cooperativa-Escola útil pedagogicamente, ou seja, no ensino do educando de um modo geral?” Esta investigação da função pedagógica da Cooperativa-Escola nos trouxe os resultados seguintes: 10% dos

entrevistados não aprovaram, ou seja: não consideraram útil para o alunado a Cooperativa-Escola. Os demais 90% aprovaram a utilidade pedagógica da nossa Cooperativa-Escola (gráfico 11).

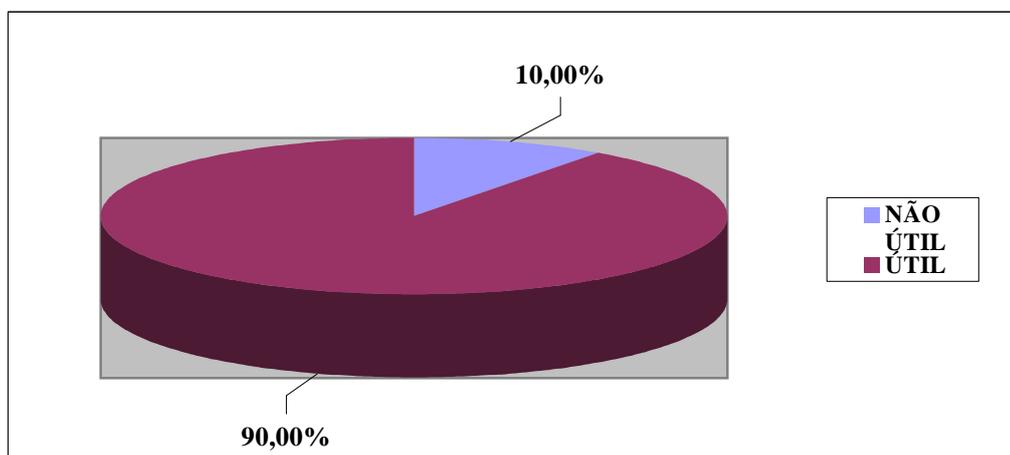


Gráfico 11 - Utilidade pedagógica da Cooperativa-Escola para os alunos

A última pergunta da entrevista foi “No atual momento da Educação Profissional e Tecnológica, você considera válida a manutenção da Cooperativa-Escola ou sua extinção?” Os resultados obtidos do questionado foram: 95% de aprovação da manutenção da Cooperativa-Escola, sendo que só 5% desaprovaram sua manutenção (gráfico 12).

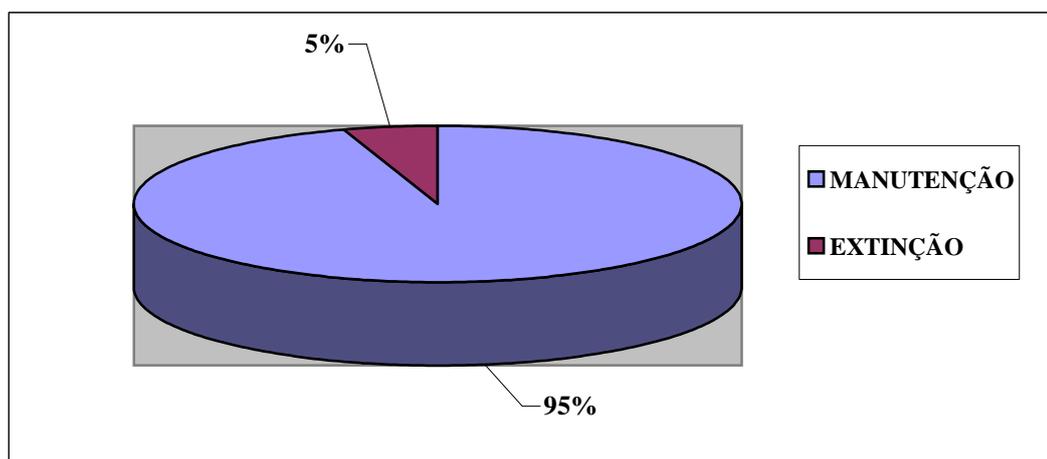


Gráfico 12 – Manutenção ou extinção da Cooperativa-Escola

4.2.1 Análise dos resultados da pesquisa a servidores

O que nos mostrou a pesquisa junto aos servidores, conforme a formulação proposta e realizada foi que

a) A Cooperativa-Escola em estudo vem cumprindo, relativamente, suas funções de unidade educadora com oferta da teoria e prática do cooperativismo ao alunado. Colha-se a opinião de dois servidores entrevistados:

“Deveria ser mais presente na vivencia dos alunos deste campus” (servidor 1).

“Como uma grande aliada do campus, capaz de gerenciar recursos e proporcionar melhores condições de ensino para os alunos” (servidor 6).

b) A nossa Cooperativa-Escola precisa encontrar novas fórmulas de estímulo e incentivo aos alunos, para que estes se associem, participem da diretoria, conselhos e demais organismos administrativos que exista ou possa ser criados e com isso, adquirir possibilidades de gerar benefícios de retorno a esses (cooperados). Como sabemos as sociedades cooperativas são de cunho econômico, isto é, empresas que estão e estarão no mercado, participando no sentido macro e micro da economia do país.

Portanto, embora nossa cooperativa seja uma empresa mais de sentido educacional, com a finalidade de repassar conhecimentos aos seus associados, não poderá deixar de prestar benefícios a estes, até mesmo como uma maneira didática de disseminação das orientações doutrinarias da cooperação. Poder remunerar um cooperado por algum serviço extra realizado, adquirir materiais esportivos, promover eventos de interesse dos cooperados, oferecer materiais e serviços a preços melhores que o mercado, são exemplos de alguns dos benefícios que a Cooperativa-Escola nossa poderá buscar oferecer a seus cooperados no futuro, a título de incentivo à cooperação. Conforme se manifestou um dos gestores entrevistados:

[...] Dessa maneira, entendo que as Cooperativas-Escolas dos Alunos, criadas e desenvolvidas nas ex-Escolas Agrotécnicas Federais, se aprimoradas em seu funcionamento e finalidades, serviria como um excelente laboratório para difusão dessa tecnologia social, junto aos aluno(as) dos cursos de Técnicos Agrícolas com habilitação em: Agropecuária, agroindústria e outros. Enquanto laboratório propiciaria aos estudantes a percepção de toda uma cadeia produtiva, ou seja, da produção à comercialização e suas tomadas de decisões [...]. (Gestor 2).

O gestor 2, nos demonstrou, sintetizar o resultado da pesquisa a qual tentamos analisar os diferentes pontos de vista dos servidores referentes a nossa Cooperativa-Escola. Temos a aprovação quase geral dos entrevistados para continuidade de suas atividades didático-pedagógicas e também econômicas, como o melhor para a os alunos e para a instituição no âmbito geral. A saber:

Acreditamos que, independente do modelo de aprendizado que a cooperativa possa oferecer ao aluno, seja valiosa a inclusão do mesmo no conjunto de atividades que a cooperativa desempenha. Isto iria proporcionar ao aluno associado conhecer o processo administrativo da cooperativa. Ele faria o exercício prático pela sua participação direta através da voz e do voto. (Gestor 3).

- c) A nossa Cooperativa-Escola precisa capitalizar-se, isto é, melhorar o seu lastro financeiro, para operar as mudanças que se fazem necessário. Como se costuma dizer, “sem dinheiro não se faz nada”. As atividades desenvolvidas precisam ser dinamizadas e novos projetos devem ser implementados pela própria Cooperativa-Escola com vistas a melhorar suas receitas. A receita gerada apenas pela prestação de serviços ao campus, é insuficiente para operar as mudanças necessárias e sugeridas.

Uma das possíveis formas de maximização de receitas poderiam ser a orientação e financiamento de projetos agropecuários de baixo custo, envolvendo o aluno cooperado com seu trabalho e remunerando-lhe com os resultados auferidos, como se fazia anteriormente. Outra forma seria a venda de produtos a própria comunidade, como material escolar, uniforme escolar e outros.

Como vimos, ficou bem evidente também, que são necessárias profundas reformas no sentido de reordenamento desta Cooperativa-Escola, aos momentos atuais, tanto estruturais como conjunturais. Que se encontrem fórmulas de agregação de maioria da comunidade estudantil, como associados, motivados e participantes, capazes de semear o ideal cooperativista no nosso Estado, que como temos falado, necessita de boas idéias para melhoria do seu desenvolvimento econômico-social.

4.3 O cooperativismo no estado do Maranhão

Pouco podemos falar do Cooperativismo no Estado do Maranhão. O Cooperativismo ainda não “vingou” por aqui, podemos assim dizer, como em outros Estados do centro sul. Temos poucas cooperativas se comparadas a estes (Estados do centro sul) e as poucas, que existem, com raríssima exceção, não tiveram o desenvolvimento econômico que se esperava. Sem resultados econômicos satisfatórios, deixam de ser atrativas para seus cooperados e conseqüentemente, cessam de cumprir o papel para o qual foram constituídas. Outro ponto que podemos considerar como agravante é a própria cultura da população, que não tem experiência do fazer solidário, do associativismo. A saber:

O cooperativismo é decorrente de uma necessidade humana comum e da consciência de superação conjunta de problemas, com vistas à obtenção de benefícios aos que cooperam. Para que ocorra o cooperativismo, portanto, são necessárias condições objetivas e subjetivas. A condição objetiva é a situação vivenciada geradora de problemas; a condição subjetiva é a tomada de consciência de que os problemas são comuns e de que, com a união, é possível superá-los, proporcionando vantagens mútuas. O processo de tomada de consciência e de organização é educativo, gerando conhecimento e sociabilidade. [...] É a cultura que forma a história humana e essa tradição serve de ponto de partida para a vivência da humanidade em determinado período histórico que, com sua ação diferenciada, pode construir um novo rumo à história. (ANDRIOLI, 2000, p. 02).

O Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão (OCE/MA) têm sob sua responsabilidade o fomento e a congregação do Cooperativismo no Estado do Maranhão. Ao se organizarem para criação de uma sociedade cooperativa, os empreendedores devem procurar esta Organização, para que ela os oriente, dentro dos princípios doutrinários que regem o Cooperativismo em todo o mundo, assim como a adequação à legislação vigente no país, pois, como entendemos ser do conhecimento geral, as sociedades cooperativas são diferentes das demais sociedades, por não visarem o lucro e obedecem a uma Lei específica, hoje no nosso país a nº 5.764/71.

Algumas vantagens são concedidas às sociedades cooperativas no Brasil e, conseqüentemente, nos Estados, como incentivo ao seu desenvolvimento. Às vezes alguns Estados oferecem como vantagens, por exemplo, a redução da alíquota do ICMS para determinados produtos de cooperativas. No nosso Estado, ou em algum município dele, não identificamos nenhum desses benefícios ou incentivos. Os motivos desse tratamento diferenciado, todos nós sabemos, que é do interesse do Estado a difusão do Cooperativismo, pois trata-se de um movimento de agregação social pacífico, que pode agregar diferentes níveis de atividades econômicas, combatendo, assim, o desemprego e, conseqüentemente, minimizando possíveis focos de convulsão social.

Nos contatos que mantivemos com o pessoal da OCE/MA, no nosso trabalho de busca de informações sobre o Cooperativismo no Estado, foi-nos informado que esta passava por um momento difícil de transição dadas as irregularidades encontradas nas suas contas, em uma auditoria realizada pela CGU – (Controladoria Geral da União), no ano de 2008. Isto, ocorrido juntamente com outros agravantes, ocasionou a prisão da até então presidenta dessa (OCE/MA), na função a mais de 20 (vinte) anos. Segundo os atuais integrantes da diretoria da Organização, “foi uma gestão corrupta e autoritária, utilizada pela presidente, só como uma

função de destaque nos meios sociais e que pouco fez pelo desenvolvimento do cooperativismo no Estado”.

Com a divulgação dos fatos na imprensa, em nível nacional, foi ofuscada por demais a imagem da instituição, que passou a ser mais conhecida, não por suas funções que deveriam ser desenvolvidas, mas pelo escândalo promovido com a má gestão do dinheiro público, quando essa antiga diretoria geria o órgão máximo do Cooperativismo no Estado. Com o decorrer dos fatos narrados, a atual direção afirma que nada lhe foi repassado, da gestão anterior, para continuidade administrativa do principal órgão do Cooperativismo no Estado. Mesmo assim, esta (a atual direção) tem procurado reordenar as coisas, para esse novo momento de resgate do prestígio que deveria ter a organização. A saber:

A OCE/MA hoje vive momentos de superação, diante dos fatos já ocorridos e amplamente noticiados na mídia local e até nacional. Lamentavelmente nossa ex-gestora, após ser reeleita em novembro/2007 para o cargo de Presidente da OCE/MA, assim como do SESCOOP/MA, não registrou a ATA junto ao cartório de pessoas jurídicas e conseqüentemente deixou de informar junto a OCB – Nacional. Conseguimos, então após árdua batalha solucionar o problema de forma correta, a luz da legislação cooperativista e Constituição Federal. (Dirigente OCE/MA)

Esse é o cenário do Cooperativismo no Estado do Maranhão, no atual momento. Órgãos que poderiam incentivar e dar suporte ao avanço do ideal cooperativista, em intervenção e com indícios de gestão irregular dos recursos destinados a sua promoção. E logo o Estado do Maranhão, que tanto necessita de soluções alternativas para resolução dos seus problemas econômico-sociais! Poderia ser um campo fértil para formação de novas sociedades cooperativas. Um Estado que concentra os piores índices sociais do país precisa encontrar novas fórmulas de agregação econômica para mudança e o Cooperativismo poderia e pode ser uma saída para isso. Então

O recente censo do IBGE mostrou que o Maranhão segue integrando o grupo dos estados brasileiros que apresentam os indicadores sociais mais sofríveis. A taxa de mortalidade infantil em 2009, ficou em 36,5 mortos para cada 1000 (mil) nascimentos. É o quarto pior em analfabetismo total e funcional. As famílias miseráveis correspondem a 64% (sessenta e quatro por cento) da população do estado. O IDH de 0,683 é o segundo pior do país. (IBGE, 2010).

Esse é o cenário desolador em nosso Estado, em termos econômico-sociais o qual precisa urgentemente ser mudado e cremos que o Cooperativismo poderá ajudar a mudar esse quadro. Educação para o Cooperativismo, incentivo à formação de associações e cooperativas, poderia ser a saída para geração de renda e inclusão social.

5 CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste nosso trabalho investigativo acadêmico, procedido com base nos objetivos pré-estabelecidos no nosso projeto de pesquisa, busca, no decorrer de sua realização, diagnosticar a situação da Cooperativa-Escola dos Alunos do IFMA – Campus São Luís – Maracanã, no atual momento da educação profissional e tecnológica.

Como sabemos, a nossa Cooperativa-Escola, assim como suas coirmãs, foram instituições criadas dentro das, então, Escolas Agrotécnicas Federais em quase todo país em obediência ao “Sistema Escola-Fazenda”, modelo de ensino imposto a essas unidades educacionais, ainda na década de 60 (precisamente 1967), pela SEAV do Ministério da Agricultura, ainda. Dizemos “imposto” porque, naquela época, vivia-se um regime ditatorial e a grande maioria das decisões eram coercitivas. Como dito, a Cooperativa-Escola era e ainda é uma pessoa jurídica de direito privado.

Acreditamos que, possivelmente, as Cooperativas-Escolas tenham sido dos primeiros modelos de empresas dentro de instituições de ensino, legalmente constituídas para fins da aprendizagem profissional. São as atuais incubadoras, em que os educando além da teoria vista na sala de aula, tem possibilidade de realizar as práticas educativas no seu laboratório. De certo, que o aluno que passa por esses dois estágios (teoria e prática) terá maiores possibilidades de realização profissional, seja no emprego seja na empregabilidade, que é a trajetória que se almeja para cada um desses educando.

Indiferente ao que ocorreu e vem ocorrendo de uns tempos para cá (duas últimas décadas), em que foram extintas várias Cooperativas-Escolas em algumas unidades da rede, a hoje COIFECMA teve apoiada a sua manutenção por 90% (noventa por cento) da comunidade pesquisada, neste nosso trabalho. Isto expressa que, até certo ponto, bem ou mal, ela vem cumprindo seu papel. É claro que várias providências têm que ser tomadas, visando sua adequação ao momento atual e sua dinamização como empresa que é. Embora de aprendizagem, ela tem que honrar seus compromissos assumidos, de modo que o educando/cooperado leve a melhor impressão do que lhe foi repassado, como meio de mudança social através do *trabalho, cooperação e solidariedade*.

Não sabemos as causas que evidenciaram a extinção de várias Cooperativas-Escolas em outras co-irmãs, pois desconhecemos qualquer orientação da SETEC, órgão máximo das antigas Escolas Agrotécnicas Federais, hoje campi dos Institutos, neste sentido. Embora tenhamos feito algumas indagações a respeito, não obtivemos respostas satisfatórias.

Depois que os órgãos de controle (CGU e TCU) passaram a questionar as relações da Escola com suas Cooperativas-Escolas e considerar irregular tais relações, foi desestimulada grande parte dos gestores a mantê-las em funcionamento.

Sáimos em busca de afirmação do questionado e indefinido no parágrafo anterior e descobrimos que realmente não houve por parte da SETEC nenhum documento oficial que determinasse a extinção das Cooperativas-Escolas. O que descobrimos foi que além do que já suspeitávamos (descrito no parágrafo anterior), os problemas de manutenção de uma empresa cooperativa, tais como: contábeis e administrativos, dentro da Escola aumentava consideravelmente, as preocupações e os afazeres desta.

Voltando para nossa questão de análise, precisamos fazer com que os nossos ensinamentos de agregação econômica – solidária saiam do âmbito do Campus e chegue até as comunidades mais carentes, que é a grande maioria no nosso Estado. Se realmente acreditamos no Cooperativismo baseado na forma e princípios dos “Pioneiros de Rochdalle”, o Maranhão é um campo fértil. Detentor de um dos maiores índices de miseráveis (64% da população do Estado) em todo o país, conforme o último censo do IBGE, o cooperativismo poderá ser o viés para possível melhoria desse quadro, resultado, possivelmente, de quase meio século de oligarquia.

A nossa Cooperativa-Escola, indiferente ao que se disse até agora, poderá, junto a outros órgãos de fomento ao Cooperativismo, já mencionados neste trabalho, desenvolver planos de estímulo a criação e sobrevivência de sociedades cooperativas em vários seguimentos da economia no Estado. De acordo com nossa pesquisa, 85% (oitenta e cinco por cento) dos entrevistados são favoráveis ou consideram o Cooperativismo como uma saída para melhoria da qualidade de vida dessa população maior do estado, estagnada nesses bolsões de pobreza e abandono.

Somente através da Educação é que o nosso Estado, que também ocupa os piores índices (quarto pior), poderá dar algum passo à frente. Conforme atribui a Lei 11.892/08, que criou a nova Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, é responsabilidade dos Institutos Federais o incentivo ao Cooperativismo. Com isto, novos planos terão de ser elaborados e ações desencadeadas nesse sentido. A nossa Cooperativa-Escola, hoje já realidade, com sua experiência superior a três décadas de existência, poderá coordenar estas novas ações rumo a propagação do ideal cooperativista.

Embora tenhamos a idéia de que podemos avançar rumo ao desenvolvimento socioeconômico através da cooperação, em antagonismo à competição, estimulada pelo

mercado, não podemos também ter a utopia de que todas as agruras do sistema capitalista serão repelidas e estaremos construindo uma sociedade mais justa. As necessidades humanas, comuns de um determinado grupo ou seguimento econômico, e a subjetividade alcançada através da formação da consciência de superação conjunta dos problemas, fortalecemos laços de solidariedade.

Ao pesquisarmos a Cooperativa-Escola do Campus São Luís – Maracanã tínhamos a intenção de provocar a discussão dessas unidades educativas no âmbito da educação profissional, de formação dos Técnicos Agrícolas, no atual momento de mudança desta. A extinção de algumas, sua substituição por fundações, de que se tem notícia, dão bases para novos estudos e proposições, que são necessárias ser feitas para norteamento de novas ações rumo à validação ou não do Cooperativismo como componente curricular desse Técnico. Do nosso trabalho investigativo a essa comunidade, fica referendada a continuidade da Cooperativa na prestação de serviços ao Campus e promoção do ensino do Cooperativismo aos educando, com ressalvas a sua operacionalização.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Edgar. **Métodos de Pesquisa nas Organizações**. Lavras-MG. UFLA/FAEPE, 2000.
- ANDRIOLI, Antonio Inácio. **Revista espaço acadêmico**. n. 71, abril de 2007,
- BRASIL, Congresso Nacional. **Lei Federal nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, DF: D.O.U. de 30/12/2008.
- BRASIL, **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**, Organizador Pedro de Milanélio Piovezane; coordenadora Dulce Eugênia de Oliveira. São Paulo: Rideel, 1996. (Coleções de Leis Rideel. Série compacta).
- BRASIL, **LEI 5.764. Lei das Cooperativas**. PERIUS, Vergilio Frederico. Cooperativismo e Lei. São Leopoldo-RS. Unisinos. 2001.
- BRASIL, MEC/ COAGRI. **Manual de Instruções para Organização e Funcionamento de Cooperativas - Escola nos estabelecimentos de ensino agrícola**. Seção gráfica do INCRA. Brasília. 1982.
- DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 15. Ed. Petrópolis-RJ. Vozes. 2009.
- DIAS, Reinaldo; Cassar, Maurício; Zavaglia, Tércia. **Introdução a Administração da competitividade a sustentabilidade**. Campinas-SP. ed. Alínea. 2003.
- FARIA, Ana Cristina de. **Manual Prático para Elaboração de Monografias: trabalhos de conclusão de Curso, Dissertações e Teses**. Ana Cristina de Faria, Ivan da Cunha, Yone Xavier Felipe. 3ª ed. Petrópolis - Rio de Janeiro. Vozes. 2008.
- FONTES, Alice; FREIXO, Ondina. **Vygotsky e a aprendizagem cooperativa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- GAWLAK, Albino. **Cooperativismo: primeiras lições**. Brasília. SESCOOP. 2004.
- HOUAISS, Antonio. **Dicionário eletrônico Houaiss**. Ed. objetiva Ltda, 2009
- IBGE/Censo 2010 confirma Maranhão com os piores índices sociais do Brasil. Disponível em: <<http://www.maranhaonews.com/estado/estado/54-estado/1168-ibgecenso-2010-confirma-maranhao-com-os-piores-indices-sociais-do-brasil.html>>. Acesso em: 27 jun. 2011.
- LIBÂNEO, José C. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigência educacionais e profissão docente. São Paulo-SP. Cortez. 1998.
- LOURENÇO, Mariane Lemos. **Cooperativismo e Subjetividade: um estudo das dimensões da autogestão, do tempo e da cultura solidária**. Curitiba-PR. Juruá. 2008.
- MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo-SP. Cortez. 2002.

MARTINS, Marcos Francisco. **Ensino Técnico e Globalização: cidadania ou submissão?** Campinas. Autores Associados. 2000

MIZOGUCHI, Shigeu. **Escola – Fazenda: Um Sistema Brasileiro Onde o Jovem Aprende, Trabalha e Ganha.** Salvador-BA. CENAFOR. 1981.

PERIUS, Vergilio Frederico. **Cooperativismo e Lei.** São Leopoldo-RS. Unisinos. 2001.

RECH, Daniel, **Cooperativas: uma alternativa de organização popular.** Rio de Janeiro: DPeA, 2000.

RIBEIRO, Marlene. **O Cooperativismo na Formação do Técnico Agrícola: contradições da cooperativa-escola.** <http://www.ufpel.educ.br/fae/caduc/downloads/n28/artigo03.pdf>. 2007.

SÁ, Jean Magno Moura de. **Gestão na Educação Profissional e Tecnológica: a Escola Agrotécnica Federal de São Luiz entre 2002 e 2006.** 2009. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação) UNB. Brasília-DF. 2009.

SICOOB uma revista do **Sistema de Cooperativas de Crédito no Brasil.** Brasília-DF. Gráfica Coronário, ano 1, nº 3, jul/ago/set de 2010.

SOARES, Ana Maria Dantas. **Política Educacional e Configurações dos currículos de Técnicos em Agropecuária, nos Anos 90: regulação ou emancipação?** 2003. Tese (Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) UFRRJ. Rio de Janeiro-RJ. 2003.

SOUSA, José dos Santos. **O Sindicalismo Brasileiro e a Qualificação do Trabalhador.** Londrina: Praxis; Bauru: canal 6. 2009.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** Organizadores Michael Cole...[et al]. Tradução José Cipola Neto [et al]. 7ª edição. São Paulo. Martins Fontes. 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE I



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

QUESTIONÁRIO/PESQUISA

- 1) **Você ex-aluno da ex-agrotécnica, hoje Campus São Luis – Maracanã, foi sócio (cooperado) da Cooperativa-Escola?**
Sim () Não ()

- 2) **Caso a resposta tenha sido afirmativa, você ocupou cargo(s) na diretoria?**
Sim () Não ()

- 3) **Você estudou Cooperativismo na nossa escola ou em outra escola?**
Sim estudei () Não estudei cooperativismo () Sim estudei em outra escola ()

- 4) **Se você conhece a doutrina do Cooperativismo, já participou ou participa de alguma Cooperativa no nosso estado?**
Sim () Não ()

- 5) **Na sua visão, a nossa Cooperativa-Escola cumpre o seu papel de ensino do Cooperativismo na teoria e prática (UEP)?**
Sim () Não () Em parte ()

6) Se você respondeu “em parte” Justifique sua resposta:_____

7) Você considera o Cooperativismo uma possível saída para melhoria de vida do pequeno produtor rural?

Sim () Não () Em parte ()

8) Se você respondeu "em parte", justifique sua resposta:_____

9) Na sua visão, a criação de cooperativas por pequenos produtores rurais, taxistas, moto-taxistas, catadores de lixo, etc., traria melhorias econômicas para cada um destes seguimentos?

Sim () Não () Em parte ()

Justifique:

10) Você considera que a Cooperativa-Escola foi importante na sua formação de Técnico Agrícola?

Sim () Não () Em parte ()

Justifique:_____

Obrigado pela colaboração!

APÊNDICE II



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE AGRONOMIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

QUESTIONÁRIO

- 1) Como você vê a Cooperativa-Escola hoje, no atual cenário da Educação Profissional e Tecnológica, do nosso campus? _____

- 2) Você considera nossa Cooperativa-Escola útil como prestadora de serviços para a administração do campus? _____

Você considera nossa Cooperativa-Escola útil pedagogicamente, ou seja, no ensino do educando de um modo geral? _____

- 3) No atual momento da Educação Profissional e Tecnológica, você considera válida a manutenção da Cooperativa-Escola ou sua extinção? _____

OBSERVAÇÕES: “Por favor justifique cada uma de suas respostas e obrigado por participar de nossa pesquisa.”

“Se necessário utilize o verso da folha ou outro papel para sua resposta.”

ANEXOS

ANEXO A – Fatos da OCE/MA

Adalva Monteiro é presa pela PF por malversação de verbas federais
23 de julho de 2009 às 10:44

[Índice](#) [Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) ↔

Por Jully Camilo

A Polícia Federal prendeu na manhã de ontem, a advogada paraibana Adalva Alves Monteiro, 67 anos, em sua residência. Adalva é presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão (Ocema) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop/MA), no Maranhão. Sua prisão foi decretada no último dia 13, pela 1ª Vara da Justiça Federal, por malversação de verbas federais e crime de ameaça. As fraudes ocorrem desde 2003, no entanto, a advogada só começou a ser investigada ano passado quando foi alvo de inúmeras denúncias por fraudes em licitações e diárias de viagens que não ocorriam.

De acordo com o superintendente da PF, Fernando Segóvia, servidores do Sescoop pediram proteção ao Ministério Público e à Polícia Federal para formalizarem as denúncias sobre fraude em licitações e desvio de verba federal. "Ela estava ameaçando tanto os servidores do Sescoop quanto da Controladoria Geral da União (CGU), ligando inclusive para a residência dos mesmos afirmando 'que as denúncias em Brasília não iam ficar de graça para ninguém'. Na realidade, ela recebia verba federal para desenvolver trabalhos de aprendizagem e fomento das cooperativas, mas sempre dava um jeito de desviá-la"

Segundo a CGU, constam irregularidades e falhas nas prestações de contas de oito convênios entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e as duas entidades, Ocema e Sescoop, das quais Adalva é presidente. Com a primeira, constam seis convênios, e com a segunda, dois. O total de recursos irregulares chega a R\$ 7,8 milhões. Mas, a quantia real que pode ter sido desviada desse montante ainda está sendo levantada.

Adalva Monteiro foi candidata a deputada federal, no Maranhão, nas Eleições de 2006. Ela está presa preventivamente na sede da PF, no bairro Cohama.

Foto: Júnior Foicinha

Adalva Monteiro presa na Superintendência da Polícia Federal[Links Patrocinados](#)

ANEXO B – Termo de compromisso



TERMO DE COMPROMISSO
TC-02/2009

PARTÍCIPES:

Razão Social: FAT – FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA
C.N.P.J.: 58.425.092/0001-50
Endereço: Rua Três Rios, 131, 1º andar, conjunto 12, Bairro Bom Retiro, São Paulo, CEP 01123-001
Representante(s): César Silva, RG SSP/SP nº 7.237.716-1, CPF/MF nº 647.497.118-53 - Diretor Presidente
Legal(is) e Cargo(s): Luiz Roberto Vannucci, RG SSP/SP nº 4.637.732, CPF/MF nº 674.108.048-15 – Diretor Técnico

Gestor: COETAGRI – Cooperativa Escola dos Alunos da EAFSL-MA
C.N.P.J.: 06.408.439/0001-34
Endereço: Avenida dos Curiós s/n, Vila Esperança, São Luiz-MA CEP 65095-460
Telefone/Telefax: (98) 3313-8505 e 3241-8585
Representante(s):
Legal(is) e Cargo(s): Jefferson Carlos dos Santos - Presidente

Unidade de Ensino: Escola Agrotécnica Federal de São Luiz, MA
C.N.P.J.: 73.964.538/0001-90
Endereço: Avenida dos Curiós s/n, Vila Esperança, São Luiz-MA CEP 65095-460
Telefone/Telefax: (98) 3313-8505 e 3241-8585
Representante(s):
Legal(is) e Cargo(s): Vespasiano de Abreu da Hora – Diretor Geral

Projeto: Cód.: PPV3-A03 “Modernização da cadeia produtiva de carnes”

Pelo presente termo de compromisso (TC) a FAT, em parceria com o Banco Itaú BBA S.A., Fundação Itaú Social, Instituto Unibanco, Lemann Foundation e Regina Weinberg (Parceiros) aceita patrocinar o projeto em referência, com vigência até **30 de abril de 2010**, observando-se o seguinte:

- A. A FAT compromete-se a desembolsar os recursos financeiros no montante total de **R\$ 195.714,00 (cento e noventa e cinco mil, setecentos e quatorze reais)**, mediante dois depósitos nas datas e conta bancária abaixo especificadas:

1º Desembolso	30.03.2009	R\$ 110.123,00
2º Desembolso	28.08.2009	R\$ 85.591,00

Conta bancária:

Banco: Brasil # 001
Agência: São Luiz # 1638-1
Endereço da Agência: Avenida Guajajara, 15 Tirirical, São Luiz, MA
Conta corrente: # 42182-0
Titular: COETAGRI Cooperativa Escola dos Alunos da EAFSL-MA
Responsáveis pela movimentação/RG: 1. Jefferson Carlos dos Santos RG 16336632001-2
2. Núbia Maria Sousa Gonçalves RG 090533698-4

Programa Parceiros Vitae - R. Três Rios, 131 – 9º andar
Fone: 3311-2679/2661- Fax: 3228-9295 e-mail: parceiros.vitae@fundatec.org.br
www.fundatec.org.br



3. formalizar a doação de todos os materiais e equipamentos adquiridos com recursos do Programa para a integração ao patrimônio da Unidade de Ensino;

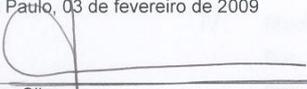
4. elaborar e submeter à aprovação da Unidade de Ensino os relatórios financeiros referidos no item D.5.

F. Todos os materiais, ações e atividades de caráter institucional que tenham por finalidade a divulgação do patrocínio, deverão fazer referência a todos os Parceiros mantenedores do Programa e, caso venham a reproduzir os nomes empresariais, denominações sociais, marcas ou outros sinais distintivos de titularidade de qualquer um dos Parceiros, deverão ser submetidos à **FAT** para aprovação prévia e por escrito, antes de sua divulgação ao público, devendo a Unidade de Ensino indicar os meios físicos (jornal, folheto, internet, tv, etc) e o texto de como serão veiculados. A **FAT** terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da solicitação, para manifestação.

G. Os Partícipes autorizam, em caráter não exclusivo, que a **FAT** e os Parceiros divulguem o nome do Projeto, da Unidade de Ensino, bem como do Gestor, exclusivamente em materiais, projetos, programas, ações e atividades de caráter institucional que tenham por finalidade a divulgação do Concurso, bem como de seus resultados, inclusive: a) em todas as comunicações institucionais; b) nos sites www.fundatec.org.br e www.janelatecnologica.org.br e c) em publicações, folhetos, relatórios, revistas, jornais, internet, etc.

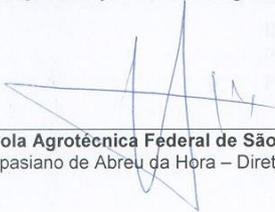
Os Partícipes declaram-se "de acordo" com este termo de compromisso, assinando-o em 03 (três) vias de igual forma e conteúdo, na presença de duas testemunhas, comprometendo-se a devolver uma via assinada no prazo máximo de 5 dias úteis.

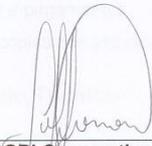
São Paulo, 03 de fevereiro de 2009


César Silva
Diretor Presidente


Luiz Roberto Vannucci
Diretor Técnico

Fundação de Apoio à Tecnologia - FAT


Escola Agrotécnica Federal de São Luiz
Vespasiano de Abreu da Hora – Diretor Geral

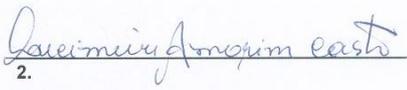

COETAGRI Cooperativa Escola dos Alunos
da EAFSL-MA
Jefferson Carlos dos Santos - Presidente

Testemunhas:

1.


Nome e RG Conçeição AP. Bertullo
93531490-5

2.


Nome e RG Jacimira Domingos Costa
335405940



IBGE/Censo 2010 confirma Maranhão com os piores índices sociais do Brasil

QUA, 08 DE DEZEMBRO DE 2010 23:24 OSWALDO VIVIANI, DO JP ONLINE



Fonte

Estado está entre os piores do país em taxas de mortalidade infantil e analfabetismo



O recente Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que o Maranhão segue integrando o grupo dos estados brasileiros que apresentam os indicadores sociais mais sofríveis. A taxa de mortalidade infantil (número de crianças mortas no primeiro ano de vida, em mil nascidas vivas), por exemplo, ficou em 36,5 em 2009. É a segunda taxa mais alta do país, embora tenha havido uma queda em relação a 2008, quando era de 37,9.

Só em Alagoas o índice de mortalidade infantil é mais alto que o do Maranhão: 46,4 por mil crianças nascidas vivas. Pernambuco, com taxa de 35,7, ocupa o terceiro posto entre os estados brasileiros em que morrem mais

crianças.

Piauí é o estado nordestino que apresenta a menor taxa de mortalidade infantil - 26,2, mas mesmo assim, quando comparado aos de outras 27 unidades da federação, o índice só é melhor do que o do Acre (taxa de 28,9).

A título de comparação, a taxa de mortalidade infantil do Brasil, em 2009, ficou em 22,5, caindo um pouco em relação a 2008, quando era de 23,6. O estado brasileiro que tem a menor taxa de mortalidade infantil é o Rio Grande do Sul: 12,7.

Analfabetismo - No indicador do IBGE sobre analfabetismo, o Maranhão obteve o 4º pior resultado do país, com 19,1% de pessoas acima de 15 anos que não sabem ler nem escrever. A taxa caiu pouca coisa em um ano - era de 19,5% em 2008. Alagoas também é o pior estado neste quesito, com 24,6% de analfabetos, seguido pelo Piauí, com 23,4%, e Paraíba, com 21,6%.

Os estados nordestinos também têm os índices mais elevados do país em analfabetismo funcional (quando a pessoa, mesmo com a capacidade de decodificar minimamente frases, sentenças, textos curtos e números, não desenvolve a habilidade de interpretação de textos e de fazer as operações matemáticas).

O Maranhão conta, segundo o IBGE, com 31,7% de pessoas com mais de 15 anos que são analfabetas funcionais. É o 4º pior índice do país. Os três estados com mais analfabetos funcionais são Piauí (37,5%), Alagoas (36,5) e Paraíba (33,4%).

O Censo do IBGE apontou que a taxa de analfabetismo no Brasil caiu de 10% em 2008 para 9,7% em 2009 (cerca de 14,1 milhões de pessoas). O estado com menor número de pessoas que não sabem ler nem escrever é o Amapá (2,8%), seguido pelo Distrito Federal (3,4%).

O número de analfabetos funcionais também diminuiu no país, de 21% em 2008 para 20,3% em 2009. O Distrito Federal é a unidade da federação com menos analfabetos funcionais: 8,9%.

MORTALIDADE INFANTIL NO NORDESTE (2009)

- 1 Alagoas: 46,4
- 2 **Maranhão: 36,5**
- 3 Pernambuco: 35,7
- 4 Paraíba: 35,2
- 5 R. Gde. Norte: 32,2
- 6 Sergipe: 31,4
- 7 Bahia: 31,4
- 8 Ceará: 27,6
- 9 Piauí: 26,2

ANALFABETISMO NO NORDESTE (2009)

- 1 Alagoas: 24,6%
- 2 Piauí: 23,4%
- 3 Paraíba: 21,6%
- 4 **Maranhão: 19,1%**
- 5 Ceará: 18,6%
- 6 R. Gde. Norte: 18,1%
- 7 Pernambuco: 17,6%
- 8 Bahia: 16,7%
- 9 Sergipe: 16,3%

ANALFABETISMO FUNCIONAL NO NORDESTE (2009)

- 1 Piauí: 37,5
- 2 Alagoas: 36,5
- 3 Paraíba: 33,4
- 4 **Maranhão: 31,7**
- 5 Bahia: 30,6
- 6 Ceará: 29,5
- 7 Sergipe: 28,6
- 8 R. Gde. Norte: 28,0
- 9 Pernambuco: 27,8

<http://www.maranhaonews.com/estado/estado/54-estado/1168-ibgecenso-2010-confirma...> 4/7/2011

630.7

C837e

T

Costa, Sebastião de Jesus, 1953-

O ensino do cooperativismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão Campus São Luiz - Maracanã / Sebastião de Jesus Costa - 2011.

62 f.: il.

Orientador: Sandra Barros Sanchez.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 50-51.

1. Ensino agrícola - Teses. 2. Cooperativismo - Estudo e ensino - Teses. 3. Escolas-fazenda - Teses. 4. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Campus São Luiz - Maracanã) - Teses. I. Sanchez, Sandra Barros, 1963-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.